



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA**

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (ICSA)

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

WESLEY GOMES PONTES

**SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS
DO MUNICÍPIO DE PALMÁCIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS
PERCEPÇÕES DOS JOVENS USUÁRIOS**

REDENÇÃO – CE

2019

WESLEY GOMES PONTES

SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS
DO MUNICÍPIO DE PALMÁCIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS
PERCEPÇÕES DOS JOVENS USUÁRIOS

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Administração
Pública do Instituto de Ciências Sociais
Aplicadas da UNILAB, como requisito
parcial para obtenção do título de Bacharel
em Administração Pública.

ORIENTADORA: PROFA. DRA. ELIANE BARBOSA DA CONCEIÇÃO

REDENÇÃO – CE

2019

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Pontes, Wesley Gomes.

P858s

Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos do município de Palmácia: uma análise a partir das percepções dos jovens usuários / Wesley Gomes Pontes. - Redenção, 2019.
91f: il.

Monografia - Curso de Administração Pública, Instituto De Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2019.

Orientador: Profa. Dra. Eliane Barbosa da Conceição.

1. Políticas para a Juventude. 2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. 3. Vulnerabilidade Social. 4. Juventude. I. Título

CE/UF/BSCA

CDD 379.81

WESLEY GOMES PONTES

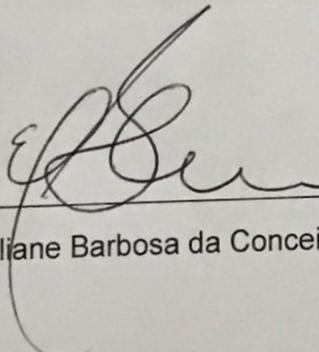
**SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS
DO MUNICÍPIO DE PALMÁCIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS
PERCEPÇÕES DOS JOVENS USUÁRIOS**

Monografia julgada e aprovada para a obtenção do Diploma de Graduação em
Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-
Brasileira (UNILAB).

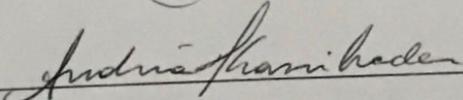
Data: 15/08/2019

Nota: 10,00

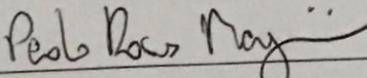
Banca Examinadora



Profa. Dra. Eliane Barbosa da Conceição (Orientadora)



Profa. Dra. Andrea Yumi Sugishita Kanikadan



Prof. Dr. Pedro Rosas Magrini

Dedico este trabalho a todos e todas que, de alguma forma, seja ela direta ou indireta, contribuíram para a minha chegada neste momento.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por ter abençoado meus caminhos e possibilitado a concretização desse sonho.

À minha mãe Elany, por acreditar em mim e por ter enfrentado ao meu lado todas as batalhas que a vida nos sujeita. Obrigado por tudo, mãe. Você é a minha maior referência.

Ao meu pai Antonisio e à minha irmã Elaine, por todo apoio e por serem minha base. Sou muito grato por ter vocês em minha vida.

À minha fiel companheira Rute, que esteve presente em todos os momentos, me dando forças e me mostrando a cada dia que somos capazes de conseguir tudo aquilo que desejamos.

À minha tia Diva, que no início da minha vida acadêmica me deu todo o suporte necessário, além de muito afeto.

À minha tia Geni e ao meu tio Mário, pelo carinho, atenção, cuidado e por terem sido durante esses meses mais que apenas tios, meus segundos pais.

À minha prima Jamilly, pela positividade e por sempre estar disposta a me ajudar e a me proporcionar boas risadas.

À minha cunhada Rafaelly, por ter me auxiliado de forma singular no desenvolvimento da pesquisa, além de ter se firmado a cada dia como uma grande amiga.

À secretária de assistência social Maiara, aos orientadores sociais Vanderly e Maciano e a todos os usuários do serviço de convivência, por terem se colocado à disposição para responder às questões necessárias e proporcionado assim a construção desse estudo.

À banca examinadora, que vem contribuir enormemente com o trabalho, representada pela professora Andrea e pelo professor Pedro, os quais tenho grande admiração e carinho.

E em especial à minha orientadora, professora Eliane, por todo o conhecimento repassado, pela atenção, paciência, e principalmente, pela contribuição dada a minha vida acadêmica. Foi uma grande experiência.

A todos e todas, novamente, muito obrigado!

RESUMO

Nas últimas décadas o grupo social juventude tem ganhado atenção de acadêmicos e formuladores de políticas públicas. No entanto, na realidade dos pequenos municípios, ainda é escasso a concretização de projetos designados a esse grupo. Palmácia confirma essa regra, visto que tem como única política destinada aos jovens o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). O presente trabalho pretendeu analisá-lo a partir das percepções dos usuários do grupo etário de 15 a 17 anos. De modo mais específico, buscou-se identificar o perfil dos usuários atendidos; examinou-se as situações de vulnerabilidade e risco social dos usuários e pretendeu-se apresentar as principais temáticas desenvolvidas pelo serviço. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de natureza qualitativa, sendo utilizadas diversas técnicas de coleta de dados, como a pesquisa bibliográfica e documental, para a construção da base teórica; além de entrevistas estruturadas e aplicado para uma parcela do público alvo um questionário com perguntas objetivas e subjetivas. Assim, quanto aos fins, o estudo classifica-se como uma pesquisa descritiva. Os resultados indicaram que os jovens encontram-se vulneráveis quanto aos aspectos financeiros, educacionais, ambientais, de saneamento, saúde, lazer, cultura, risco de violência na família e comunidade. Sendo assim, o SCFV foi avaliado positivamente, uma vez que percebe-se sua contribuição para o desenvolvimento dos jovens através da realização de atividades objetivando à emancipação do ser humano nas áreas política, ambiental, artística, de incentivo a criticidade, intergeracional, coletiva e comunitária e valorização da condição juvenil. Conclui-se que o SCFV é importante para o desenvolvimento dos jovens por ele alcançados.

Palavras-Chave: Políticas para a Juventude. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Vulnerabilidade Social. Juventude.

ABSTRACT

In the last decade, young people have gained the attention of public policies' creators and people from academy. However, in small counties, the implementation of policies targeting this age group is still rare. In Palmácia county, for example, the only policy for young people is the Service of Living and Bond Fortification (SLBF). Thus, this study aimed to analyze this public service based on the perception of its users (15 to 17 years old people). More specifically, this study assessed the users' profile, vulnerability and social risk, as well as the main topics developed by the SLBF. For this purpose, a documental, bibliographic, qualitative research was performed, in which a structured interview and a questionnaire with objective and subjective questions were applied. Thus, the present work is classified as a descriptive research. The results indicated that young people are in a situation of vulnerability when it comes to financial, educational and environmental aspects, as well as to sanitation, health, leisure, and culture. They also have a high risk of experiencing family and social violence. In this way, SLBF is positively evaluated for contributing to the development of these young people through the development of political activities that address the environment, art, criticism, intergenerations, communities, and the value of youth. In this manner, it can be concluded that SLBF is important for the development of the young people reached by it.

Key-words: Youth Policies. Service of Living and Bond Fortification. Social Vulnerability. Youth.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Histórico de ações do Estado com foco na Juventude 1920 – 2015	23
Gráfico 2: Idade dos Usuários	37
Gráfico 3: Gênero dos usuários do SCFV	38
Gráfico 4: Endereço dos usuários do SCFV.....	38
Gráfico 5: Cor dos usuários do SCFV	39
Gráfico 6: Escolaridade dos usuários do SCFV	40
Gráfico 7: Renda Familiar dos usuários do SCFV.....	41
Gráfico 8: Esta renda é suficiente para suprir as necessidades da família?...	42
Gráfico 9: Beneficiário do bolsa família ou de algum outro programa	43
Gráfico 10: Acesso a atendimento médico toda vez que necessita	43
Gráfico 11: Você tem alguma doença que necessita de tratamento contínuo?	44
Gráfico 12: Você já reprovou alguma série?	45
Gráfico 13: Você tem alguma dificuldade de ir para a escola?	45
Gráfico 14: Você já desistiu alguma vez da escola?	46
Gráfico 15: Você considera os alimentos fornecidos pela escola como adequados?.....	47
Gráfico 16: Você tem dificuldade de absorver os conteúdos repassados em sala de aula?	47
Gráfico 17: Você estuda em casa?	48
Gráfico 18: Há coleta seletiva onde você mora?	49
Gráfico 19: Fonte: Resultado da Pesquisa.....	50
Gráfico 20: Há presença de muitos resíduos no local onde você mora?	51
Gráfico 21: Você considera o local onde você mora poluído?	51
Gráfico 22: Onde você mora possui alguma área de lazer?	52
Gráfico 23: Você já participou de algum grupo de teatro, dança, capoeira ou música?.....	53
Gráfico 24: Você mora com seus pais?	56
Gráfico 25: Moram na sua casa	56
Gráfico 26: A casa onde você mora é alugada?.....	57
Gráfico 27: Você considera perigoso o lugar onde você mora?.....	58
Gráfico 28: Como você considera a relação com sua família?	58

Gráfico 29: Você já foi vítima de alguma violência?	59
Gráfico 30: Seus pais consomem bebida alcoólica?	60
Gráfico 31: Seus pais já tiveram contato com drogas ilícitas?	60
Gráfico 32: Consumo de bebida dos usuários do SCFV	61
Gráfico 33: Como é sua relação com seus vizinhos e demais pessoas da comunidade?.....	62
Gráfico 34: Você já sofreu violência na sua comunidade?.....	63
Gráfico 35: Você já foi vítima de bullying?	63
Gráfico 36: Tempo de participação dos usuários no SCFV	65
Gráfico 37: Você participa de outro serviço/projeto ofertado pela prefeitura?.	66
Gráfico 38: Quantas vezes você participa do serviço?	67
Gráfico 39: Você é acompanhado por psicólogo, assistente social ou algum outro profissional?	69
Gráfico 40: Você acha que o espaço onde são realizados os encontros é adequado?	70
Gráfico 41: Algum membro da sua família já participou junto com você de algum encontro ou ação deste serviço?.....	71
Gráfico 42: Você acha que algo mudou na sua relação com a sua família e com sua comunidade depois que você começou a ir aos encontros?	72
Gráfico 43: Você acha que a participação nesse serviço ajuda a ter um melhor vínculo com seus pais e com sua comunidade?	73
Gráfico 44: Você está satisfeito com o serviço?.....	74

LISTA DE TABELA

Tabela 1: Usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – 2009	31
Tabela 2: Atividades temáticas em que os jovens do SCFV participaram.....	68

LISTA DE SIGLAS

CONDECA - Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente
CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS- Centro de Referência da Assistência Social
ECA – Estatuto da Juventude
IBGE – Instituto Brasil de Geografia e Estatística
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos
PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias
PETI- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PROJOVEM – Programa Nacional de Jovens
REJUMA - Rede de Juventude pelo Meio Ambiente
SAM – Serviço de Assistência ao Menor
SAS - Secretaria Nacional de Assistência Social
SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SINAJUVE – Sistema Nacional de Juventude
SNJ - Secretaria Nacional de Juventude
SUAS – Sistema Único da Assistência Social
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1. Vulnerabilidade Social	15
2.2. Conceituando Juventude.....	19
2.3. Política De Juventude	22
2.4. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.....	29
3. METODOLOGIA	34
3.1. Desenho da Pesquisa	34
3.2. Classificação da pesquisa	35
3.3. Conhecendo o local da pesquisa	35
3.4. Técnicas de coleta de dados e escolha de participantes	36
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	37
4.1. Análise das Situações de Vulnerabilidade.....	40
4.1.1. Aspectos Financeiros	41
4.1.2. Aspectos De Saúde.....	43
4.1.3. Aspectos Educacionais	45
4.1.4. Aspectos Ambientais e de Saneamento.....	49
4.2. Análise das Situações de Risco a Violência Na Família e na Comunidade.....	55
4.3. Percepções sobre o SCFV	65
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS	79
APÊNDICE	82
Apêndice A	82
Apêndice B	84
Apêndice C.....	90

1. INTRODUÇÃO

De acordo com a literatura, a temática da juventude tem ganhado espaços de discussão a partir da década de noventa. Abramo (1997), considera que a importância dada a este grupo social, seja pela mídia, pelos acadêmicos ou entidades públicas, é resultado de toda a pressão realizada com vistas a resguardar os direitos da criança e do adolescente, ocorrida nas décadas de 70 e 80.

No Brasil há cerca de 50,2 milhões de jovens (IBGE/PNAD, 2007), constituindo-se, assim, um grande número. Nesse sentido, são necessárias políticas públicas para tal grupo, visto ser uma grande parcela da população. Porém, percebe-se que ainda são escassas tais políticas com direcionamento específico para a juventude. Isso se confirma especialmente no que se refere a jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social, diante de um sistema econômico e social excludente que impossibilita que as pessoas possam superar situações de extrema pobreza, ter acesso a serviços públicos de qualidade e que possam vir a desenvolver suas potencialidades.

Dentre os serviços que são direcionados a essa parcela da população, encontra-se o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, vinculado a Política Nacional de Assistência Social – PNAS e que tem como finalidade principal fortalecer as relações familiares e comunitárias, além de possuir um caráter com foco na prevenção e desenvolvimento de capacidades de seus usuários, tendo sua organização por grupos etários. Com isso, tal serviço possui ações que proporcionam a reflexão sobre temas recorrentes para os grupos etários trabalhados (crianças, jovens e idosos) do município, além de ser um espaço de troca de experiências.

Levando em consideração que o município de Palmácia possui apenas o SCFV como política contínua com foco no jovens, decidiu-se realizar esta pesquisa com o grupo etário de 15 a 17 anos, a partir de uma problemática que pode ser resumida com a seguinte pergunta de pesquisa: “O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tem contribuído para com o desenvolvimento humano da juventude do Município de Palmácia?”

Para responder à questão problema, o estudo tem como objetivo geral analisar o SCFV do município de Palmácia a partir das percepções dos jovens usuários. De modo mais específicos, identificar o perfil dos usuários atendidos; examinar as

situações de vulnerabilidade e risco social dos usuários e apresentar as principais temáticas desenvolvidas pelo SCFV.

A escolha do município se dá em razão de ser a cidade em que o pesquisador residiu durante toda a infância e adolescência, tendo ele, por isso, o desejo de contribuir de alguma forma com a discussão sobre o município e principalmente sobre sua juventude.

O presente trabalho está estruturado em cinco seções, a iniciar por esta introdução, em que é apresentado o tema, a problemática e seus objetivos, na segunda seção será apresentado o referencial teórico, onde se discute o conceito de vulnerabilidade social, de juventude e o histórico de ações do estado a ela dirigidas, na terceira seção serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para a realização do estudo. Na quarta seção tem-se a análise e discussão dos resultados obtidos e, por fim, os principais apontamentos da pesquisa, na seção denominada de considerações finais (quinta seção).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Vulnerabilidade Social

Inicia-se este trabalho com uma discussão a respeito do conceito de vulnerabilidade social. Para tanto, foi-se necessário recorrer à literatura existente para compreender o uso desse termo no contexto de trabalho desta monografia. Nesse sentido, para Kaztman (2000) a vulnerabilidade social é entendida como a falta de capacidade de um indivíduo ou mesmo de um domicílio, em conseguir usufruir das oportunidades que se encontram em posição de serem utilizadas, nos distintos cenários (econômicos ou sociais) para que se possa promover um melhor bem-estar ou evitar a deterioração de um bem.

Para o autor, não aproveitar as oportunidades impacta de forma singular o processo de acumulação de ativos, ou seja, as situações de vulnerabilidade, geram “sinergias negativas”, que são capazes de levar a uma complicação ou agravamento de forma progressiva desse processo. Os ativos se referem aos recursos que são de posse dos indivíduos ou da comunidade e o seu potencial de atuação sobre o que se entende como o bem-estar próprio. Eles são influenciados pelos tipos de capital que são apontados como responsáveis pelo isolamento ou integração de indivíduos ou de determinados grupos. (KAZTMAN, 2000).

Leal (2011) determina que a classificação destes tipos de capital se dá da seguinte forma: capital social individual, capital social coletivo e capital cidadão. O primeiro diz respeito a questões de solidariedade e competência de incorporação de ações de classe média no que se refere à mobilidade, impactando, assim, na chance de se poder conseguir apoio junto a canais de informação que tornam mais fáceis as buscas por emprego.

Já o capital social coletivo, se refere à possibilidade de associação dos indivíduos, podendo-se citar sindicatos e associações em geral. O terceiro, e último, capital cidadão, é relacionado à ideia de vínculo e de que o indivíduo faz parte da sociedade, isso se dá através da concepção de cidadania, como também do entendimento da existência direitos e deveres que são tidos como nacionais. (LEAL, 2011).

Em Abramovay et al. (2002) a vulnerabilidade é entendida como sendo um resultado negativo que decorre da conexão entre a disposição de materiais dos indivíduos e inserção dos mesmos a estruturas socioeconômicas e culturais de

oportunidades. Esse resultado significa desvantagens tanto em relação ao desempenho quanto a mobilidades dos envolvidos.

No contexto da América Latina, Abramovay et al. (2002) acredita que a negação do acesso aos jovens à educação, saúde, trabalho, lazer e cultura dificulta a utilização de recursos materiais. De tal modo, isso se configura como uma fonte de vulnerabilidade, que influencia a má inserção deles as estruturas geradores de oportunidades, que podem ser as do Estado, de mercado ou da própria sociedade.

Para Monteiro (2011) o tema vulnerabilidade social é caracterizado por um campo de conceitos bastante complexos, que teve sua constituição realizada por distintas concepções que podem se relacionar com diferentes vieses, sejam eles econômicos, de saúde, ambientais, sociais e afins. Para a autora, mesmo que a vulnerabilidade venha sendo discutida no decorrer dos anos, é necessário apontar que ainda se trata de um conceito em processo de construção, dado o seu grau de complexidade.

Seguindo na perspectiva de Monteiro (2011), pode-se citar que o grande momento de urgência da vulnerabilidade se deu, especificamente, durante os anos noventa, com a exaustão de sua análise a partir do viés da pobreza, que a reduzia apenas a fatores econômicos. Em síntese a vulnerabilidade estava mais inclinada para a posição de identificar quais eram as áreas mais desprovidas das comunidades. Esta identificação se dava por meio da utilização de indicadores relativos a acesso e a necessidades básicas.

De acordo com Busso (2001) para o entendimento do que seja vulnerabilidade social, torna-se de extrema importância atentar para dois significativos pressupostos que se complementam. O primeiro refere-se ao risco de ser prejudicado em referência à vivência de circunstâncias não desejadas. Já o segundo, é relacionado ao potencial de respostas dos grupos sociais aos processos de mudança e estímulos que são impostos pelo meio socio/natural, ou seja, o autor se refere aos medos e inseguranças que são postos frente aos riscos gerados na vida em coletividade.

A noção de risco social é comumente atrelada a de vulnerabilidade, inclusive em muitos documentos são tratados como sinônimos. Yunes e Szymanski (2001) alertam para a diferença entre os dois conceitos. Na visão delas, o conceito de vulnerabilidade é utilizado de maneira errada, como sendo risco.

Na avaliação das autoras, o conceito de risco foi utilizado por epidemiologistas que na maioria das vezes possuíam relação direta a grupos e populações. No entanto,

o de vulnerabilidade, liga-se de forma estrita ao indivíduo, com ênfase em suas sensibilidades e suas tendências. Por fim, Yunes e Szmanski (2001) acreditam que a vulnerabilidade só faz sentido quando há presença de risco, ou seja, sem risco praticamente a vulnerabilidade não tem efeito.

No Brasil, de acordo com Sierra e Mesquita (2006), dentre as causas de vulnerabilidade de crianças e adolescentes é possível destacar em primeiro lugar, os riscos relacionados à própria família, como questões de alcoolismo, confrontos físicos entre os pais na presença dos filhos, em outras palavras, trata-se de violência domésticas e abusos. Em segundo lugar têm-se os riscos em relação à moradia dos indivíduos, aqui entram problemas relacionados à indisponibilidade de serviços públicos, de áreas de lazer, além de interação com os vizinhos e comércio de drogas.

Em terceiro lugar, as autoras se reportam ao trabalho da polícia, muitas vezes repressivo, no que diz respeito ao tráfico de drogas. Em quarto lugar, as autoras se direcionam os espaços que os acolhem, onde são praticados abusos por parte dos funcionários e que não respondem por isso graças ao sistema que não apoia a participação social efetiva. Em quinto lugar, apresentam-se os riscos relacionados à saúde, basicamente entendidos como a falta de acesso a atendimentos médicos, e por último e não menos importante, os riscos ao trabalho infantil, onde crianças são postas, em alguns casos, com o consentimento da própria família em situação de trabalho informal. (SIERRA; MESQUITA, 2006).

Carneiro e Veiga (2004) acreditam que a vulnerabilidade seja caracterizada pela exposição a riscos somada a limitação de elementos como materiais e símbolos de indivíduos e suas famílias que são utilizados para o enfrentamento e ultrapassagem de barreiras que são encontradas. Dessa forma, os riscos se relacionam a duas questões principais: com casos referentes ao ciclo de vida e as circunstâncias da família, da comunidade e com todos aqueles e aquelas em que os indivíduos estão envolvidos.

Para as autoras, portanto, vulnerabilidade e risco social se conectam à ideia de pobreza e de exclusão. Ou seja, as pessoas, suas famílias, juntamente com a comunidade em que estão inseridas, podem ser consideradas como vulneráveis quando não possuem a capacidade de obtenção de insumos tanto materiais quanto não materiais, que são necessários para combater os riscos em que estão vivendo e potencialidades para visualizar caminhos possíveis para conseguir realizar isso.

Até o momento fez-se neste trabalho um apontamento do que seja a vulnerabilidade social na perspectiva de alguns autores e autoras, mas, como se pode enfrentar isso? O que se pode fazer para modificar as realidades? Que tipo de atuação se deve realizar?

Para Monteiro (2011) a ideia de vulnerabilidade não leva em consideração a peculiaridade no que tange a estrutura, de uma sociedade capitalista, assim como não discute a superação disto, já que não o entende como sendo um resultado de desigualdades. De tal modo, todas as alternativas que são postas para o enfrentamento como empoderamento e desenvolvimento de potencialidades, não atuam diretamente no problema real, ou seja, na estrutura. De acordo com Monteiro (2011), estas alternativas se dão de forma apenas paliativa.

Já Abramovay et al. (2002) afirma que em muitos países da América Latina foram desenvolvidas alternativas para a superação das situações de vulnerabilidade especificamente de jovens. Com as deficiências encontradas nos serviços públicos foram geradas tecnologias sociais capazes de atuar de forma inovadora e conseguir determinado alcance. São citadas características básicas para o desenvolvimento desse processo de enfrentamento:

- (a) Têm impacto mobilizador sobre a juventude, seja pela promoção do associativismo ou pelo fortalecimento da autoestima;
- (b) São pouco custosas do ponto de vista *per capita*, mas têm a capacidade de gerar resultados agregados muito significativos;
- (c) A lógica de seu ciclo de vida é inclusiva, ou seja, a sua reprodução está assentada sobre o princípio do aumento gradual da população atendida;
- (d) São estruturadas de forma a associar a sociedade civil na formulação ou implementação de seus objetivos;
- (e) Promovem uma cultura cidadã até então desconhecida para grande parcela da população juvenil, especialmente aquela que vive em situação de pobreza e tradicionalmente excluídas;
- (f) Algumas das experiências calcam-se em saberes localmente produzidos e, portanto, tendem a oferecer respostas eficazes aos problemas específicos que cada panorama local apresenta (ABRAMOVAY et al. 2002, p.73).

Ainda para Abramovay et al. (2002) é possível citar como exemplos de boas iniciativas as tecnologias sociais, que foram capazes de dar respostas ao problema da vulnerabilidade de jovens por meio do desenvolvimento do capital social. Exemplo disso foi o programa bolsa escola, desenvolvido a partir de 1997 pelo governo do distrito federal e posteriormente em todo o país, e que tinha como foco principal a vinculação de uma renda ao bom rendimento escolar de jovens pertencentes a famílias carentes. Dessa forma, o programa foi capaz de desenvolver a autonomia e confiança nos usuários.

Outro programa a ser citado é o Artesanato Solidário. Tal programa, na visão de Abramovay et al (2002), também foi uma boa iniciativa adotada, uma vez que foi pensado para comunidades localizadas no interior dos municípios e que estivessem com índices de desenvolvimento abaixo da média. Nesse sentido, o programa tinha o objetivo de fortalecer os recursos humanos artísticos, posteriormente estes artistas eram indicados para os grandes centros.

O grupo de trabalho jovem sobre a AIDS, desenvolvido pelo Ministério da Saúde em conjunto com a UNESCO, em 2001, também foi outra grande iniciativa, pois escolheram sete jovens de distintas regiões do país, para debaterem sobre diversos assuntos, o que resultou na produção de um manual, que conteve as demandas dos jovens para as diversas autoridades.

Para os autores em ênfase, a insistência na elaboração e desenvolvimento de políticas públicas para os jovens se dá com foco na combinação de políticas de cunho universal, entendendo assim, que os jovens devem ser inseridos, não estando em um lugar à parte, por isso, a necessidade de políticas afirmativas e compensatórias, que sejam capazes de compreender as suas especificidades.

Levando em consideração que este trabalho visa analisar um serviço que é prestado pela Assistência Social e que tem como grupo etário prioritário a juventude, realizar uma definição acerca do conceito juntamente com uma contextualização acerca das principais ações do Estado para com a mesma torna-se de singular importância.

2.2. Conceituando Juventude

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura - UNESCO (2004), juventude diz respeito a um ciclo de vida pelo qual os seres humanos passam, que corresponde à fase de passagem da infância a vida adulta. Nessa fase, o ser humano passa por alterações em aspectos psicológicos, biológicos, sociais, culturais e que podem ser diferentes, dependendo da sociedade em que os indivíduos estão situados, de sua classe social, além de gênero e cultura.

A conceituação do termo juventude tem sido algo feito por diversos autores, que concordam e discordam entre si. Para Campos e Paiva (2018), por exemplo, refletir sobre o conceito de juventude é problematizar sobre gênero, raça, classe sociais e afins. Trata-se, portanto, de uma tarefa difícil, levando em consideração que se necessita da discussão sobre outros conceitos, que em sua maioria são complexos.

Dessa forma, a juventude para eles, seria uma noção que foi construída através de processos de socialização que foram vividos pelos indivíduos que a compõe.

Já Dayrell (2003), ao apresentar as imagens da juventude discorre que a mesma pode ser vista como uma fase de transitoriedade, onde o jovem é tido como um “vir a ser” e assim, tendo na transição para a vida adulta o sentido real de suas ações do presente momento. A juventude nessa perspectiva apresenta certa negatividade. O autor comenta a imagem romantizada da juventude, que se solidificou a partir dos anos 60 e a relaciona a uma espécie de “tempo de liberdade”, caracterizada por prazeres, experimentos, irresponsabilidade e de sanções sobre os comportamentos da mesma. Também é presente uma imagem que reduz o jovem a dimensão da cultura, onde se entende que a sua condição só estaria sendo representada nos finais de semanas ou na participação em atividades de cunho cultural.

Dayrell (2003, p. 41), ainda em sua obra, cita que as imagens descritas acima convivem com outra, a de “juventude vista como um momento de crise, uma fase difícil, dominada por conflitos com a autoestima e/ou com a personalidade”. Isso, tendo ligação direta com a tendência que relaciona a juventude a uma fase em que o jovem se distancia dos familiares.

Para Abramo (1997) a juventude enquanto categoria marca presença em dois espaços específicos: opinião pública e pensamento acadêmico. A opinião pública se dá mais precisamente pelos meios de comunicação em massa, onde encontra-se duas maneiras destes meios de tratar os jovens. A primeira maneira refere-se aos produtos relacionados à música, moda, esporte, lazer e cultura, e a segunda, à tematização dos jovens com destinação a jornais adultos, na maioria das vezes relacionados a violência, exploração sexual e uso de drogas.

Já o pensamento acadêmico é entendido como apoiador do tratamento da juventude pelo senso comum através de simbologias feitas por ele mesmo. A autora ainda reflete os dilemas do mundo contemporâneo, mais especificamente no que diz respeito aos medos e esperanças sobre a realidade presente e as projeções do futuro.

Enquanto problema social, a juventude é fonte de estudo de diversos teóricos, no entanto, muitas vezes, só merece atenção quando se caracteriza como um perigo para si ou para a sociedade. A respeito disso Abramo (1997), pontua que:

Seja porque o indivíduo jovem se desvia do seu caminho em direção à integração social — por problemas localizados no próprio indivíduo ou nas instituições encarregadas de sua socialização ou ainda por anomalia do

próprio sistema social —, seja porque um grupo ou movimento juvenil propõem ou produz transformações na ordem social ou ainda porque uma geração ameace romper com a transmissão da herança cultural (Abramo, 1997, p. 29).

Assemelhando-se a esta perspectiva, Groppo (2016) afirma que a juventude é uma questão pública, uma vez que se trata de uma preocupação para determinadas sociedades. Na verdade, há existência de fases em que a juventude recebe uma maior atenção ao ser referenciada por outras denominações. Nesse sentido, desde o final do século XVIII até o século XIX houve preocupações com o que o autor chama de “delinquência” e “promiscuidade juvenil” das classes trabalhadoras durante o processo de industrialização da Europa e dos EUA.

Tendo em vista este cenário, de crescente dominação do sistema capitalista Groppo (2016) apresenta a representação da juventude da seguinte forma

Conforme os efeitos sociais negativos do capitalismo industrial iam avançando, logo se impunha a questão da “juventude” desregrada, viciada, promíscua, indisciplinada, delinquente, formadora de bandos criminosos etc., em geral sem que ficasse claro para o discurso social e até para as ciências qual era a relação entre o avanço do capitalismo industrial, os problemas sociais daí decorrentes e a “questão da juventude” (Groppo, 2016, p. 09).

Na perspectiva de Groppo (2016), acredita-se que a preocupação com a juventude adotou forma principalmente no que se refere à repressão, à criminalização da delinquência do jovem, ao debate da redução da idade penal, mas, também, em políticas públicas destinadas especificamente a este grupo social.

Para as sociedades modernas a juventude foi em primeiro lugar uma faixa etária. A partir da discussão de pedagogos, juristas, políticos, cientistas, médicos e psicólogos buscou-se definir um período temporal de início e término da juventude para que assim o Estado juntamente com as suas instituições pudesse atuar de forma efetiva sobre estes indivíduos. Esta denominação, portanto, se consolidou como uma melhor alternativa para o julgamento das ações dos particulares. (GRUPPO, 2016).

Esta necessidade de quantificar em anos a fase que se denomina e se entende como juventude se arrasta até os dias de hoje. Exemplo disso é o entendimento da Organização Pan-Americana de Saúde e a Organização Mundial de Saúde ao definirem como jovem, indivíduos de 15 a 24 anos que estão em um momento de preparação para a vida adulta.

Já no Brasil, há uma pequena expansão desta faixa etária, a Política Nacional de Juventude compreende como jovem pessoas de 15 a 29 anos, realizando uma

divisão em três grupos: os que estão entre 15 e 17 são denominados como jovens-adolescentes; os de 18 aos 24 anos como jovens-jovens e de 24 aos 29 anos como jovens-adultos. Nesse sentido, nota-se a importância de compreender acerca de políticas desenvolvidas para esses grupos.

2.3. Política De Juventude

Embora a discussão sobre políticas públicas voltadas para a juventude seja algo recente no Brasil, só a partir de 1990 foi possível perceber algumas iniciativas por parte do estado em parceria com entidades da sociedade civil e as esferas municipal, estadual e federal. (SPOSITO; CARRANO, 2003). No entanto, observando as décadas anteriores a esta é possível identificar algumas ações pontuais do estado com direcionamento à juventude. Abaixo encontra-se uma linha do tempo, que ilustra estas ações (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Histórico de ações do Estado com foco na Juventude 1920 - 2015

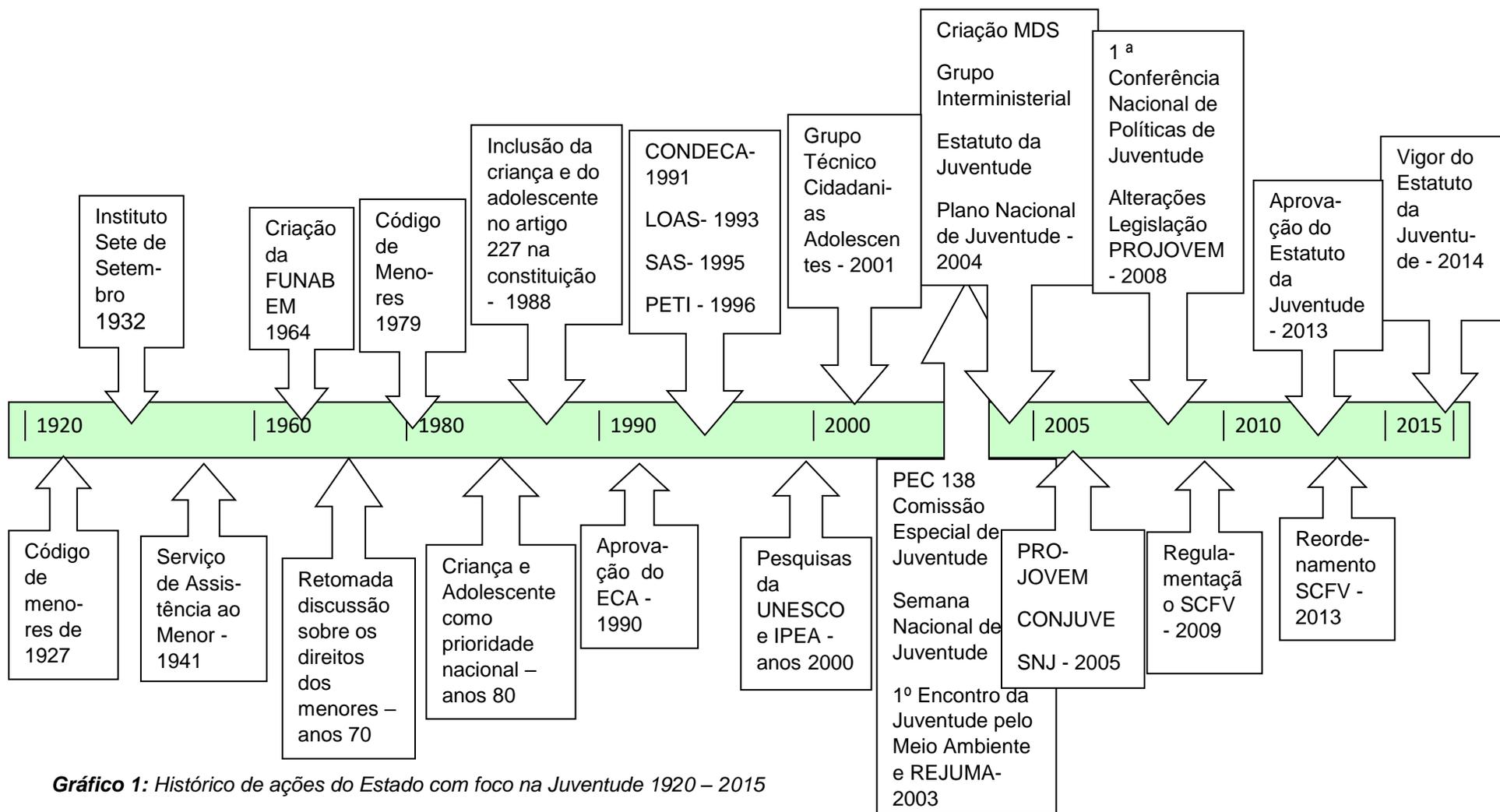


Gráfico 1: Histórico de ações do Estado com foco na Juventude 1920 – 2015

Fonte: Elaborado pelo autor

O Código de Menores, por exemplo, que foi sancionado em 12 de outubro de 1927, por meio do decreto nº 17943, pode ser considerado como o pontapé inicial da atuação do estado sobre este grupo social. (SILVA; SILVA, 2011).

É claramente possível observar o objetivo principal deste código logo no seu artigo 1º, que de forma direta determina: “O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código”.

Advindo dele pode-se citar o Instituto Sete de Setembro, que foi criado em 1932, e deu origem posteriormente, mais especificamente, em 1941, ao Serviço de Assistência ao Menor (SAM) por meio do decreto nº 3.799 e com subordinação específico ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores. De acordo com o artigo 2º, o objetivo deste serviço era o de:

- a) Sistematizar e orientar os serviços de assistência a menores desvalidos e delinquentes, internados em estabelecimentos oficiais e particulares;
 - b) Proceder à investigação social e ao exame médico-psicopedagógico dos menores desvalidos e delinquentes;
 - c) Abrigar os menores, à disposição do Juízo de Menores do Distrito Federal;
 - d) Recolher os menores em estabelecimentos adequados, afim de ministrarlhes educação, instrução e tratamento sômato-psíquico, até o seu desligamento;
 - e) Promover a publicação periódica dos resultados de pesquisas, estudos e estatísticas.
 - f) Estudar as causas do abandono e da delinquência infantil para a orientação dos poderes públicos.
- (Artigo 2º do Instituto Sete de Setembro).

Mais tarde foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), em 1964, que ficou encarregada de garantir o desenvolvimento da Política Nacional de Bem-Estar do Menor. Conforme o artigo 5º da lei 4513, que a instituiu tinha como objetivo: “formular e implantar a política nacional do bem-estar do menor, mediante o estudo do problema e planejamento das soluções, a orientação, coordenação e fiscalização das entidades que executem essa política.”

Osterne (1986) avalia que toda e qualquer medida política, assim como a Política Nacional de Bem-Estar ao Menor, tem como objetivo de amenizar conflitos por meio da construção de alternativas para executarem os planejamentos que são tidos como prioritários do Estado. De acordo com Silva e Silva (2011), esta lei de forma implícita se encarregava de aplicar o controle social, de crianças e adolescentes.

Já nos anos setenta, de acordo com Rizzini apud Perez e Passone (2010), houve uma retomada da discussão sobre o que denominaram de “direitos dos menores”, que teve como ponto de partida as discordâncias entre juristas e legisladores impulsionados pelas convenções e fóruns de abrangência internacional.

Para o autor, esses eventos tinham como foco principal o favorecimento por parte da magistratura a respeito da participação da família e da comunidade no cuidado para com a criança e o adolescente, resguardando seus direitos e principalmente levando em consideração os mesmos como possuidores de direitos, fortificando assim o que foi apresentado na Declaração dos Direitos da Criança, em 1959.

Tendo em vista o período da ditadura militar, a Declaração dos direitos da Criança acabou por não obter a recepção e efetiva implantação desejada. Dessa forma, em 1979, foi aprovado pela lei nº 6.667 o Código de Menores, que se detinha basicamente a assistência, proteção e vigilância a menores com até 18 anos que estavam em situação irregular.

Para Silva e Silva (2011) a partir dos anos 1980 com o apoio dos movimentos sociais a criança e o adolescente foram de fato reconhecidos como uma prioridade nacional. Resultado disso foi a inclusão da criança e do adolescente no artigo 227 da constituinte que os tornou sujeitos de direitos:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Em 13 de julho de 1990 substituindo o Código de Menores de 1979, foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, com ele teve-se uma nova instauração de referências, tanto políticas, como econômicas e sociais. Também se deve citar a exclusão do termo “menor” e a adoção da concepção de adolescência e determinações da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, de 1989. (PEREZ; PASSIONE, 2010).

Utilizando os termos “criança” e “adolescente” a lei nº 8.069 que dispõe sobre o ECA, em seu artigo 2º determina quem pode ser considerado como tal, e em seu artigo 3º faz importantes considerações reafirmando que os mesmos são sujeitos de direitos:

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem (Lei nº 13.257, 2016)

De acordo com o artigo 86º do ECA, a política para o atendimento dos direitos que a criança e o adolescente possuem, se dará por meio de ações da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios. O artigo 87º determina as linhas de ação para a efetivação desta política, a saber: por meio das políticas sociais (inciso I); através dos serviços, programas assim como os benefícios da assistência social (inciso II); com os serviços de proteção, médicos e psicossociais ofertados com destinação as vítimas de exploração, abuso e afins (inciso III). Pelo serviço de identificação e localização de responsáveis, pais e desaparecidos (inciso IV); amparo jurídico-social de instituições que defendem o público alvo em questão (inciso V); políticas com foco na prevenção do afastamento familiar (inciso VI) e por último, campanhas de encorajamento ao acolhimento e adoção de crianças e adolescentes (inciso VII).

Perez e Passione (2010) apresentam os principais destaques no que diz respeito a garantia de direitos da criança e do adolescente após a implantação do ECA. Citam a criação do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente – CONDECA, em 1991 com o objetivo de assegurar o que foi disposto no Estado e na própria constituinte. Tem-se, também, a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, de 1993, que foi responsável pela definição do público em ênfase como prioritário no que diz respeito às políticas públicas desenvolvidas pela assistência social.

Os autores também citam a Medida Provisória nº 813 de 1995 que criou a Secretaria Nacional de Assistências Social – SAS e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, em 1996. Também foi criado em 2004 o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, que se justificou pela ausência de um órgão com a atribuição específica de controlar e articular a política social.

Para Silva e Silva (2011) a partir de 2000 começou-se a ter mais estudos aprofundados sobre a juventude no Brasil, como as pesquisas da UNESCO, IPEA, Instituto Cidadania e Universidade, entre outros. No ano 2001, com a constituição de múltiplos atores (organizações públicas, privadas, da sociedade civil) partindo do UNICEF, foi criado o grupo “Técnico Cidarias Adolescentes”.

Este grupo, foi responsável pela criação de uma série de propostas sobre a temática de políticas públicas para a juventude. Participaram aproximadamente 1500 jovens, que se organizaram por meio de videoconferência. Em 2002, as propostas criadas a partir desta interação foram encaminhadas para os então candidatos a presidente da república.

Já em 2003, foram entregues as propostas ao governo, que a partir de debates, pôde perceber a necessidade de desenvolver políticas públicas direcionadas a um segmento da juventude que não era atendido, ou seja, jovens de faixa etária maior que a compreendida como adolescência. Deu-se início então aos diálogos a respeito do Projeto Juventude. (SILVA; SILVA, 2011). Ainda em 2003 duas ações parlamentares de importância singular começaram a tramitar no Congresso Nacional. A primeira foi o projeto de emenda constitucional nº 138 que tratava sobre a prevenção dos direitos constitucionais dos jovens. A outra foi à instauração da Comissão Especial de Políticas para a Juventude.

De acordo com o documento base da 1ª Conferência Nacional de Juventude (2008) no mesmo ano foi realizada a “Semana Nacional de Juventude e o 1º Encontro Nacional da Juventude pelo Meio Ambiente, além da constituição da REJUMA- Rede de Juventude pelo Meio Ambiente. Tal documento cita que em 2004, foi criado o grupo de trabalho interministerial, que ficou encarregado de realizar um estudo sobre os programas e projetos em nível federal direcionados aos jovens, além de indicar as reais necessidades deste grupo, para assim auxiliar a construção da política e do plano de juventude.

Dois importantes projetos também foram apresentados, o primeiro, nº 4529 dispunha sobre o Estatuto da Juventude, o segundo, nº 4530 tratava sobre o plano nacional da juventude, que trazia objetivos para serem alcançados pelo poder público para assim melhorar as condições de vida dos jovens. Deve-se mencionar eventos ocorridos como a “Conferência Nacional da Juventude”, o “Fórum Nacional e Organizações Juvenis”, a “Rede Nacional de Juventude”, além da proposta de

emenda à constituição que pretendia adicionar o termo “jovem” no artigo 227, já citado neste trabalho.

A partir da intensa pressão da juventude em 2005, é sancionada a lei 11.129 e a partir dela é criado o Programa Nacional de Jovens – PROJOVEM, o Conselho Nacional da Juventude – CONJUVE e a Secretaria Nacional de Juventude – SNJ. De acordo com o artigo 1º da referida lei o Projovem é um

programa emergencial e experimental, destinado a executar ações integradas que propiciem aos jovens brasileiros, na forma de curso previsto no art. 81 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, elevação do grau de escolaridade visando a conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional voltada a estimular a inserção produtiva cidadã e o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício da cidadania e intervenção na realidade local (artigo 1º da Lei 11.129).

O artigo 9º da lei 11.129 apresenta de forma bastante objetiva qual a finalidade do CONJUVE, que basicamente seria a de formulação e proposição de “ação governamental voltadas à promoção de políticas públicas de juventude, fomentar estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil e o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais”. Nesse sentido, o CONJUVE é importante e necessário no sentido de que faz uma ponte para que ocorra diálogo entre a juventude e o governo federal.

Já a Secretaria Nacional da Juventude, também criada pela lei 11.129, possui como atribuições, de acordo com o artigo 11º “articular todos os programas e projetos destinados, em âmbito federal, aos jovens na faixa etária entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos, ressalvado o disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.”

O Projovem, o CONJUVE e a SNJ são considerados, portanto, como marco no que diz respeito a Política Nacional de Juventude, através dos mesmos conseguiu-se o a fortificação das políticas públicas em nível federal com direcionamento para este grupo social.

Em 2008, realizando uma série de alterações na legislação é sancionada a lei 11.692, que tratava sobre o Projovem. Em seu artigo 2º a mesma direciona-se aos jovens de 15 a 29 anos, com um objetivo de promover a reintegração educacional, assim como qualificação em âmbito profissional e desenvolvimento pessoal. Como modalidades de sua oferta são apresentadas as seguintes:

- **Projovem Adolescente** – destinado a adolescentes de 15 a 17 anos, egressos do programa PETI, de família beneficiária do programa bolsa família. Esta

modalidade tem como objetivo a criação de mecanismos para estimular uma boa convivência familiar, além de possibilitar condições para que o sujeito permaneça no sistema educacional;

- **Projovem Urbano** – destinado a jovens de 18 a 29 anos, que sejam alfabetizados, mas que ainda não tenham finalizado o ensino fundamental. O objetivo principal é elevar a escolaridade por meio da conclusão do ensino fundamental.
- **Projovem Campo** – tem como público alvo jovens de 18 a 29 anos, que morem no campo, que sejam alfabetizados e que não tenham terminado o ensino fundamental. Seu objetivo se assemelha ao anterior, o de elevar a escolaridade; e
- **Projovem Trabalhador** – com destinação aos jovens de 18 a 29 anos em situação de desemprego, seu objetivo principal a capacitação profissional e a preparação do jovem para o mercado de trabalho.

Ainda em 2008, também merece destaque a realização da 1ª Conferência Nacional de Políticas de Juventude, momento de fundamental importância para a consolidação das políticas públicas de juventude. No decorrer dos anos estas políticas conseguiram ganhar espaço e notoriedade, exemplo disso foi o SCFV objeto de análise deste trabalho e que será melhor discutido no próximo tópico, serviço da proteção social básica que foi regulamentado pela Tipificação Nacional de Serviço Socioassistenciais, em 2009.

Além disso, pode-se citar a aprovação da lei nº 12.852, que trata sobre o Estatuto da Juventude no ano de 2013 pelo Senado Federal e vigorada em 2014. O Estatuto da Juventude abrange os direitos dos jovens, os princípios e as diretrizes das políticas públicas da mesma, além do Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE.

No ano de 2013 ainda, ocorre o reordenamento do SCFV, por meio da resolução nº 01 de 2013 do CNAS, abrangendo assim na perspectiva do SUAS – Sistema Único da Assistência Social os critérios de partilha do cofinanciamento a nível federal, assim como as metas de atendimento para os públicos específicos.

2.4. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

O Centro de Referência da Assistência Social – CRAS pode ser definido como uma unidade pública que atua de forma descentralizada e que tem como principal

atribuição a prestação de serviços de proteção social básica em duas principais áreas: vulnerabilidades sociais e risco social. Dentre os serviços prestados nesta unidade, encontra-se o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, objeto de análise deste estudo. (BRASIL, 2009).

Nessa perspectiva, o SCFV, serviço de proteção básica do Sistema Único de Assistência Social- SUAS, tem sua regulamentação pela resolução nº 109 do CNAS de 2009 e seu reordenamento por meio da resolução nº 01 do CNAS de 2013. Este serviço tem sua oferta realizada de forma complementar ao trabalho feito por dois outros serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e ao Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI). (BRASIL, 2017).

O SCFV tem como especificidade o fato de ser preventivo e proativo, é perceptível a defesa e afirmação de direitos, além do estímulo ao desenvolvimento humano, ou seja, dos potenciais de seus usuários, com o foco principal no enfrentamento e superação de situações de vulnerabilidade.

Nesse sentido, pode-se afirmar que na área da assistência social inúmeras situações de vulnerabilidade são reconhecidas e que se associam a dois tipos de necessidades existentes: objetivas e subjetivas. As objetivas dizem respeito a questões materiais como, por exemplo, más condições de vida, renda e falta de acesso a serviços públicos, já as subjetivas, são resultado de violências, discriminação, a respeito disso, encontra-se

No âmbito da assistência social, são reconhecidas múltiplas situações de vulnerabilidade, que estão associadas às necessidades objetivas e subjetivas das pessoas. As necessidades objetivas estão relacionadas à dimensão material da existência - condições precárias de vida, privação de renda e privação de acesso aos serviços públicos. Já as necessidades subjetivas decorrem de experiências de violência, desvalorização, discriminação e exploração vivenciadas pelas pessoas no âmbito familiar, comunitário e social. Tais experiências levam à fragilização de seus vínculos afetivos e de pertencimento social, o que lhes expõem a riscos individuais e sociais, ou seja, a violações de direitos. (BRASIL, 2017, p. 10)

Nesse sentido, o SCFV irá se destinar a pessoas que estão em situações de vulnerabilidade e irá propiciar a possibilidade de reflexão sobre tais situações e, assim, estimular que as mesmas sejam superadas, por meio do mapeamento de alternativas para a potencialização dos ativos. Para tanto, serão desenvolvidas atividades das mais variadas espécies, como, esportivas, artísticas, culturais e afins para a promoção de uma melhor convivência e ressignificação de traumas e fragilidades. (BRASIL, 2017).

De acordo com a Tipificação dos Serviços da Assistência Social, os usuários do SCFV são especificamente: crianças de até 6 anos, crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, adolescentes e jovens de 15 a 17 anos e idosos de 60 anos ou mais. Na tabela abaixo (Tabela 1) são evidenciados estes grupos etários juntamente com suas especificidades.

Tabela 1: Usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – 2009

Crianças de até 6 anos	Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	Adolescentes e Jovens de 15 a 17 anos	Idosos(as) com idade igual ou superior a 60 anos, em situação de vulnerabilidade social
<ul style="list-style-type: none"> - Crianças com deficiência, com prioridade para as beneficiárias do BPC; - Crianças cujas famílias são beneficiárias de programas de transferência de renda; 	<ul style="list-style-type: none"> - Crianças encaminhadas pelos serviços da proteção social especial (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI; serviço de proteção social especial a indivíduos e famílias; reconduzidas ao convívio familiar, após medida protetiva de acolhimento; e outros); - Crianças e adolescentes com deficiência, com prioridade para as beneficiárias do BPC; 	<ul style="list-style-type: none"> - Adolescentes e Jovens pertencentes às famílias beneficiárias de programas de transferência de renda; - Adolescentes e Jovens egressos de medida socioeducativa de internação ou em cumprimento de outras medidas socioeducativas em meio aberto, conforme disposto na Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente; 	<ul style="list-style-type: none"> - Idosos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada; - Idosos de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda;

<p>- Crianças encaminhadas pelos serviços da proteção social especial (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI; serviço de proteção social especial a indivíduos e famílias; reconduzidas ao convívio familiar, após medida protetiva de acolhimento; e outros);</p>	<p>- Crianças e adolescentes cujas famílias são beneficiárias de programas de transferência de renda;</p>	<p>- Adolescentes e Jovens em cumprimento ou egressos de medida de proteção, conforme disposto na Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990;</p>	<p>- Idosos com vivências de isolamento por ausência de acesso a serviços e oportunidades de convívio familiar e comunitário e cujas necessidades, interesses e disponibilidade indiquem a inclusão no serviço</p>
<p>- Crianças residentes em territórios com ausência ou precariedade na oferta de serviços e oportunidades de convívio familiar e comunitário</p>	<p>- Crianças e adolescentes de famílias com precário acesso a renda e a serviços públicos e com dificuldades para manter.</p>	<p>- Adolescentes e Jovens do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI ou Adolescentes e Jovens - egressos ou vinculados a programas de combate à violência e ao abuso e à exploração sexual;</p>	
<p>- Crianças que vivenciam situações de fragilização de vínculos</p>		<p>- Adolescentes e Jovens de famílias com perfil de renda de programas de transferência de renda; - Jovens com deficiência, em especial beneficiários do BPC; - Jovens fora da escola.</p>	

Fonte: Tipificação dos Serviços da Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Para atender as principais demandas e auxiliar os casos que possuem maior urgência, o serviço também reconhece algumas situações vivenciadas pelos grupos acima apresentados como prioritárias, a saber:

Em situação de isolamento; trabalho infantil; vivência de violência e/ou negligência; fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos; em situação de acolhimento; em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto; egressos de medidas socioeducativas; situação de abuso e/ou exploração sexual; com medidas de proteção do ECA; crianças e adolescentes em situação de rua; vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência. (BRASIL, 2017, p. 35).

No município de Palmácia o SCFV passou a ser ofertado logo após o encerramento do Projovem, em 2013, o que se entende por reordenamento dos serviços socioassistenciais. Ou seja, unificação de regras de oferta e definição de que os recursos federais que anteriormente eram recebidos pelo Projovem Adolescente, Serviço de Proteção Básica para Crianças e ou Pessoas Idosas e Serviço Socioeducativo e de Convivência do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) sejam destinados ao SCFV através do Piso Básico Variável. (BRASIL, 2013).

De acordo com a Secretária Municipal de Assistência Social, Maiara Reis Campos, em entrevista realizada para a construção deste trabalho, o SCFV possui aproximadamente quatrocentos usuários, distribuídos nos grupos geracionais de crianças, adolescentes, jovens e idosos. No que tange o público objeto de estudo desta pesquisa, o SCFV possui cerca de cem jovens, que são atendidos no CRAS, localizado na sede do Município e também em coletivos localizados na zona rural, mais precisamente nas escolas e associações das regiões de Novo Basílio, Pilões, Gado dos Rodrigues e Saco do Vento. Nas localidades de Basílio e Pilões, o serviço está passando por um processo de reorganização.

O SCFV recebe R\$ 11.000,00 mensais para custeio de despesas referentes a pagamento de pessoal, compra de alimentos e produtos de higiene e demais necessidades. A equipe do serviço é composta por orientadores sociais, que são profissionais de nível médio encarregados de desenvolver as atividades com o grupo de usuários e a técnica de referência, profissional de nível superior, que acompanha a execução do serviço.

Os encontros são realizados três vezes por semana, com duração média de duas horas. As atividades trabalhadas especificamente no grupo etário de 15 a 17 anos vão de acordo com as datas comemorativas do calendário de comemorações do Brasil (consciência negra, dia da mulher), mas também existem temáticas que possuem prioridade que são recorrentes para a realidade da juventude do município, como: sexualidade, meio ambiente, esporte e prevenção às drogas.

3. METODOLOGIA

Dado que SCFV se confirma como uma política de assistência social que tem como um de seus público-alvo jovens de 15 a 17 anos em situação de vulnerabilidade, esta monografia tem como intuito principal responder a seguinte questão de pesquisa: “O SCFV tem contribuído para com o desenvolvimento humano da juventude do município de Palmácia?” Para tanto pretende-se investigar se o serviço tem cumprido seu papel de estimular as potencialidades dos jovens ou não.

A partir do questionamento apresentado, tem-se como objetivo geral: analisar o SCFV a partir das percepções dos usuários pertencentes ao grupo etário de 15 a 17 anos do município de Palmácia. Como objetivos específicos: identificar o perfil dos usuários atendidos; examinar as situações de vulnerabilidade e risco social dos usuários e apresentar as principais temáticas desenvolvidas pelo SCFV.

3.1. Desenho da Pesquisa

Primeiramente foi realizada a busca de um embasamento teórico, por meio da leitura de livros, dissertações e artigos de periódicos sobre o tema relativo a juventude e ao serviço. Após isso, realizou-se uma entrevista estruturada com a secretária de Assistência e Desenvolvimento Social, Maiara Reis Campos, com o propósito de obter um maior conhecimento sobre o serviço e suas especificidades, como, o número de usuários, equipe, local de realização dos encontros, além de dias e horários.

Em um terceiro momento foi elaborado um questionário contendo sessenta e nove questões, tendo perguntas relacionadas a aspectos financeiros, educacionais, de saúde, cultura, lazer, ambientais e de saneamento, habitacionais, risco a violência na família e na comunidade, para poder identificar o perfil dos usuários atendidos, especialmente no que tange as situações de vulnerabilidade e de risco social. Nesse questionário, também tinham questões relacionadas ao SCFV para que os jovens pudessem apresentar suas percepções sobre o serviço, além das temáticas trabalhadas.

A aplicação do questionário foi feita presencialmente em dois coletivos: o do CRAS (zona urbana) e da comunidade de Saco do Vento (zona rural), tendo trinta e uma respostas. Os dados foram tabulados em uma planilha de excel e apresentados em forma de gráficos e tabelas. Para alguns esclarecimentos a respeito do serviço

prestado na comunidade, optou-se por realizar uma entrevista estruturada com a orientadora social Vanderly Silva.

3.2. Classificação da pesquisa

Segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 31), a pesquisa qualitativa “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização etc.”. Levando isso em consideração e tendo em vista que o presente trabalho busca realizar uma análise a partir das percepções dos usuários acerca do SCFV e também identificar o perfil dos mesmos, trabalhando assim com questões subjetivas, pôde-se enquadrar este trabalho, quanto a sua abordagem, como qualitativo.

Quanto aos procedimentos técnicos, lançou-se mão da pesquisa bibliográfica, que incluiu a leitura de artigos, livros e dissertações, para que se pudesse construir um entendimento do que já foi produzido acerca do tema. Conforme determina Fonseca (2002), todo trabalho científico tem seu início com a realização de uma pesquisa bibliográfica, para que o pesquisador conheça e se familiarize com os trabalhos já realizados. Também foi utilizada a pesquisa documental, por meio da leitura de leis e documentos oficiais para a construção do estudo.

Para Gil (2002, p. 42) “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.”. Uma vez que neste trabalho se buscou analisar o SCFV a partir das percepções dos usuários pertencentes ao grupo etário de 15 a 17 anos, pôde-se enquadrar esta parte da pesquisa, quanto aos seus fins, como sendo descritiva.

3.3. Conhecendo o local da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida no município cearense de Palmácia, localizado a 74 quilômetros da capital Fortaleza e com população estimada de 13.124 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018), mais precisamente no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS. O CRAS, é o local onde são desenvolvidas as atividades do SCFV do público que reside na sede. A pesquisa também foi realizada na escola Antônio Vieira, da comunidade localizada na zona rural

do município, conhecida como Saco do Vento, onde também são realizadas as reuniões do serviço.

3.4. Técnicas de coleta de dados e escolha de participantes

Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se, primeiramente, a entrevista estruturada, para a formulação de questões de forma prévia, que foram direcionadas a secretária de assistência e desenvolvimento social do município, Maiara Reis Campos, com o intuito de obter informações gerais sobre o SCFV.

Posteriormente foi aplicado um questionário, contendo perguntas de múltipla escolha e abertas, a trinta e um usuários do serviço. Optou-se por realizar a pesquisa no CRAS e em um coletivo, para que se conseguisse atingir os públicos tanto da zona urbana quanto da zona rural.

Já em relação ao número de participantes, acordou-se com os orientadores sociais, profissionais responsáveis pela condução das atividades diárias, que a aplicação do questionário seria realizada com todos os usuários que estivessem presentes nos dias fixados para a realização da pesquisa. Com isso, atingiu-se uma amostra de cerca de 31% do total de jovens atendidos pelo SCFV, que em totalidade responderam ao questionário.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados coletados e tabulados são parte desta pesquisa, que se deu por meio de aplicação de questionários contendo questões objetivas e subjetivas, direcionadas a trinta e um jovens pertencentes ao município de Palmácia, dentre os cem que utilizam o serviço. Nesse sentido, primeiramente, o intuito da aplicação do questionário foi de identificar o perfil dos usuários atendidos pelo SCFV e compreender as percepções dos mesmos acerca do serviço. Para facilitar o entendimento, optou-se por apresentar os dados dos resultados da pesquisa em forma de gráficos. Neste primeiro momento serão apresentados os dados referentes a idade, gênero, endereço, cor e escolaridade, respectivamente (Gráfico 2, Gráfico 3, Gráfico 4, Gráfico 5, Gráfico 6).

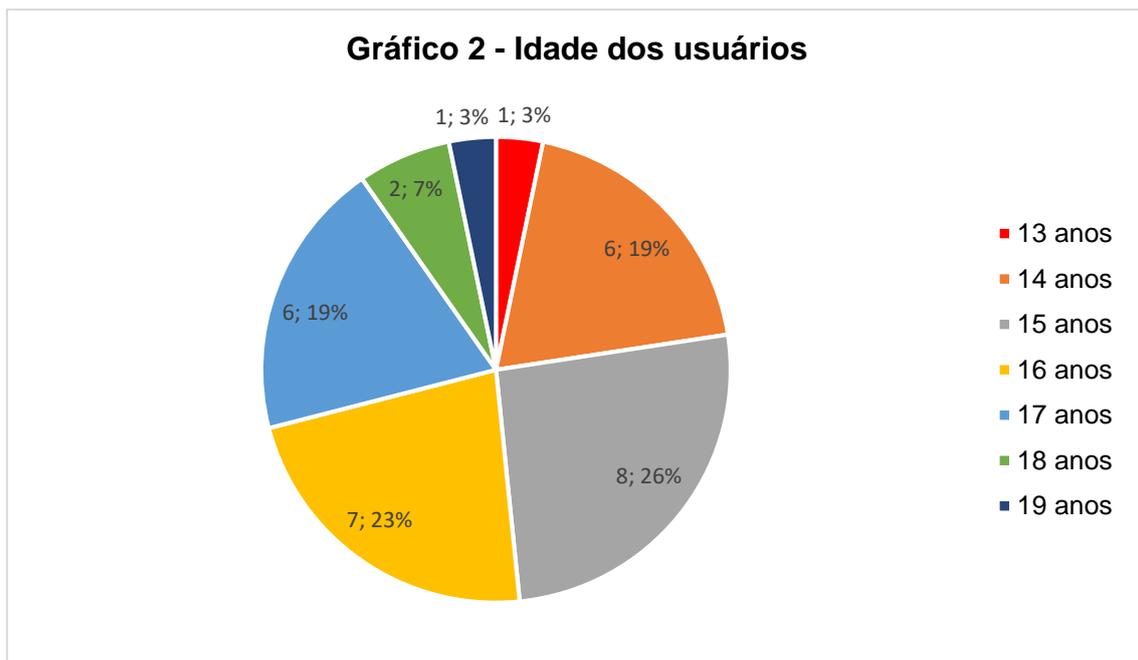


Gráfico 2: Idade dos Usuários
Fonte: Resultado da Pesquisa

Como já relatado, o grupo geracional escolhido para realização do estudo foi de jovens de 15 a 17 anos, no entanto, pôde-se perceber uma variação de idades, em que participam também do serviço jovens de 13 anos (um jovem), 14 anos (seis jovens), 18 anos (dois jovens) e 19 anos (um jovem). Dentro da faixa determinada tem-se de 15 anos (oito jovens), 16 anos (sete jovens) e 17 anos (seis jovens). Percebe-se, maior concentração de jovens da idade do grupo geracional para qual o

serviço é destinado, os jovens que estão com abaixo da idade deveriam, portanto, estarem inseridos em outros serviços.

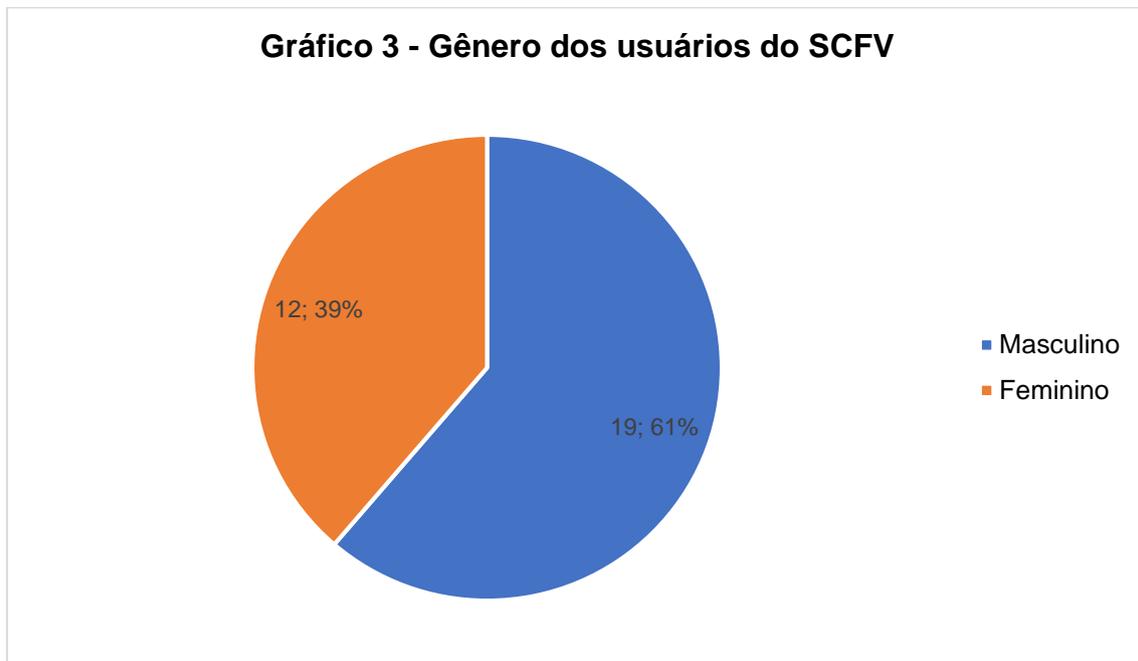


Gráfico 3: Gênero dos usuários do SCFV
Fonte: Resultado da Pesquisa

Quanto ao gênero, doze jovens representam o gênero feminino e dezenove o gênero masculino. Dessa forma, tem-se uma maior participação de pessoas do gênero masculino no serviço.

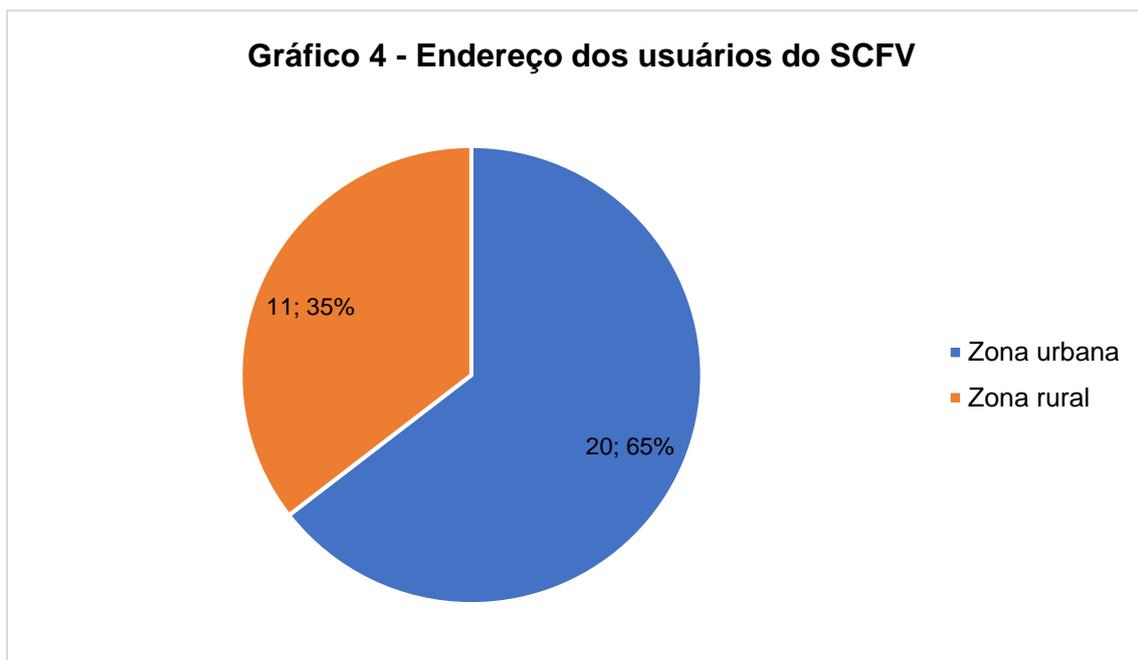


Gráfico 4: Endereço dos usuários do SCFV
Fonte: Resultado da Pesquisa

Em relação ao endereço, vinte jovens residem na zona urbana, ou seja, na sede de Palmácia e onze na zona rural, especificamente na comunidade de Saco do Vento. A predominância, portanto, se dá de usuários que residem na sede.

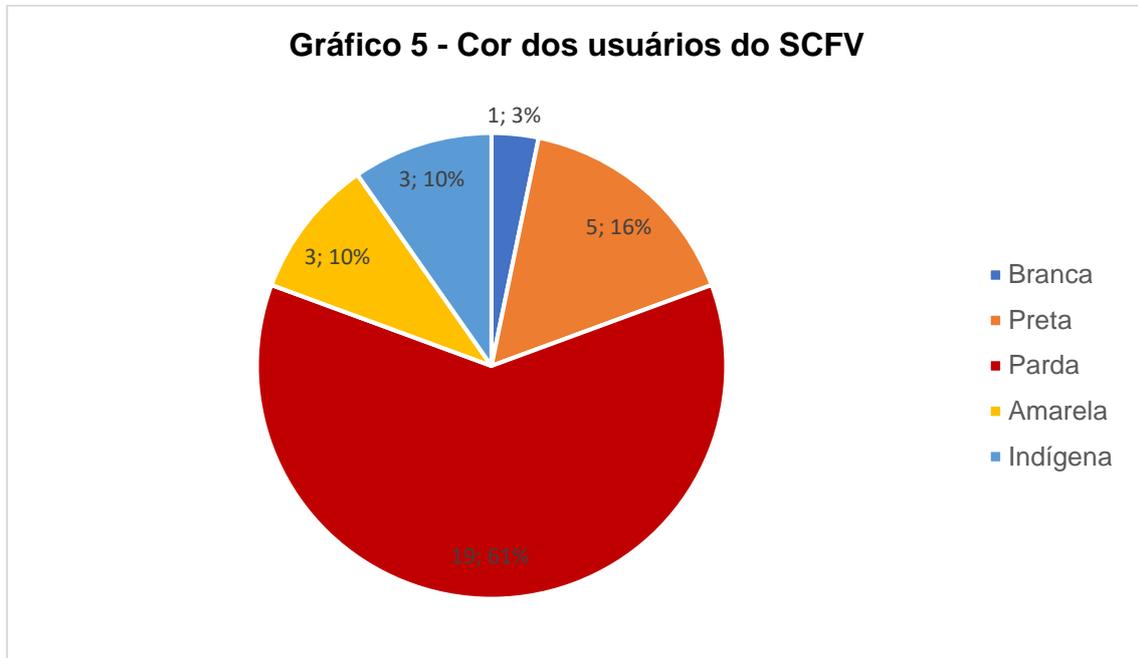


Gráfico 5: Cor dos usuários do SCFV
Fonte: Resultado da Pesquisa

Já no que se refere a cor, um se considera branco, cinco como pretos, dezenove como pardos, três como amarelos e três como indígenas. Nesse sentido, os usuários são em sua maioria pretos e pardos.

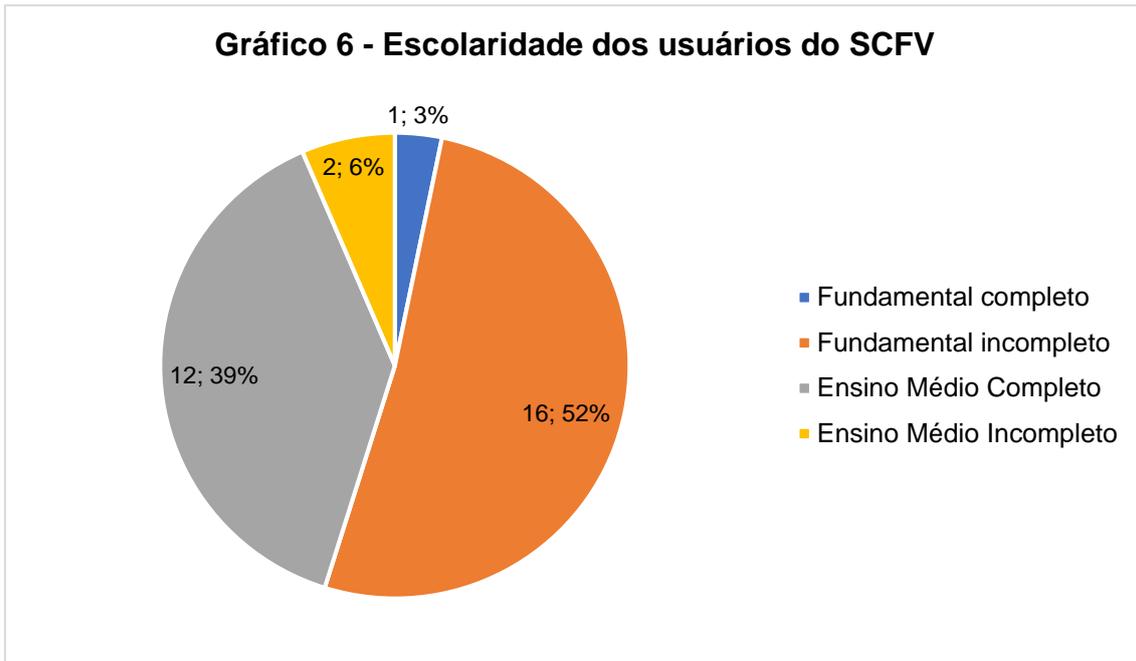


Gráfico 6: Escolaridade dos usuários do SCFV
Fonte: Resultado da Pesquisa

Referente a escolaridade, um jovem possui ensino fundamental completo, dezesseis ensino fundamental incompleto, doze afirmaram ter ensino médio incompleto e dois ensino médio completo. Em sua maioria, tratam-se, portanto de jovens que estão cursando ensino fundamental e ensino médio.

4.1. Análise das Situações de Vulnerabilidade

Para identificar o perfil dos usuários e assim observar as situações de vulnerabilidade, foram realizadas perguntas referentes aos aspectos financeiros, de saúde, educação, ambiente e saneamento, de lazer e cultura.

4.1.1 Aspectos Financeiros

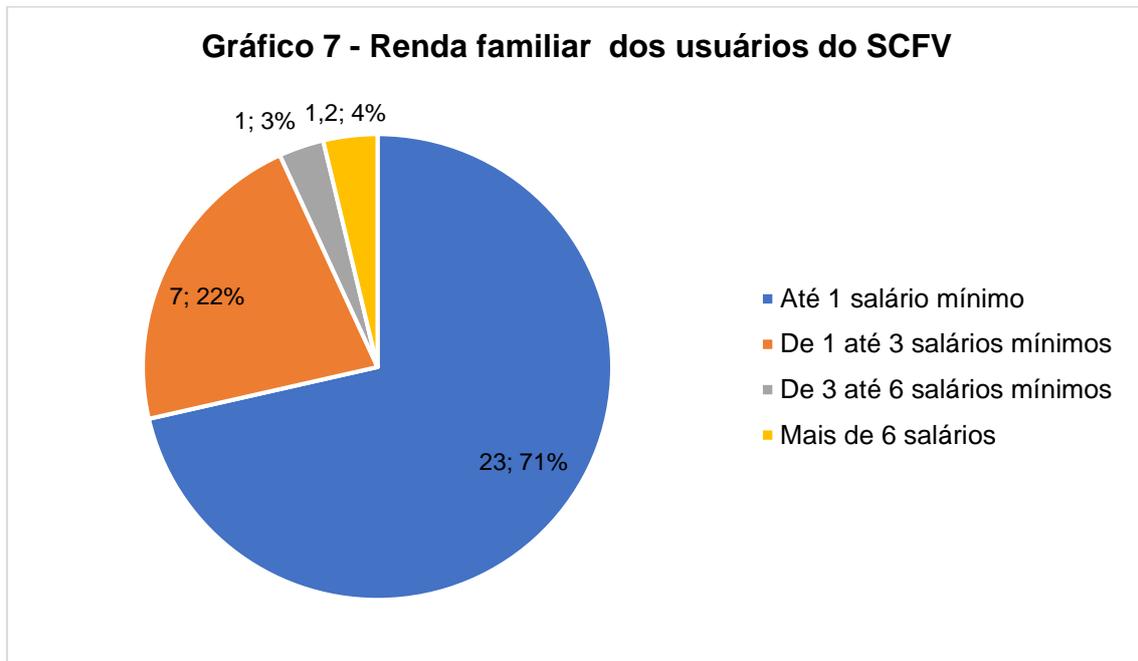


Gráfico 7: Renda Familiar dos usuários do SCFV
Fonte: Resultado da Pesquisa

No que tange aos aspectos financeiros, pôde-se constatar (Gráfico 7) que vinte e três jovens possuem renda familiar de até um salário mínimo, sete jovens afirmaram obter de um a três salários mínimos como renda familiar, e apenas um possui de três a seis salários mínimos. Com isso, observa-se que a maior parte dos usuários é de origem pobre, tendo em vista que vivem com uma renda de até um salário mínimo por mês.

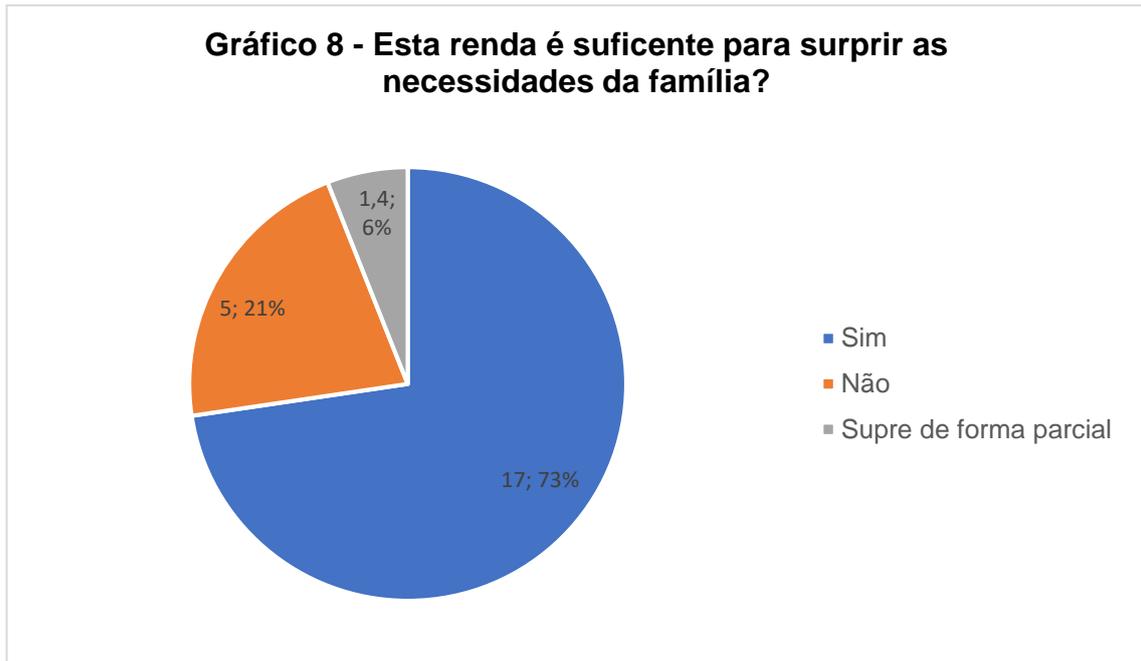


Gráfico 8: Esta renda é suficiente para suprir as necessidades da família?
 Fonte: Resultado da Pesquisa

De acordo com o Gráfico 8, observa-se que para dezessete jovens, a renda familiar é suficiente para suprir as necessidades mensais. Dentre os motivos que são apresentados como justificadores tem-se: “dá muito bem para nos sustentar e viver bem de vida”, “na minha casa sabemos economizar o que consumimos”, “ajuda em tudo quando meu pai trabalha na roça”. Nove jovens definiram que a renda supre de forma parcial as demandas, a partir de relatos basicamente no seguinte sentido: “supre de forma parcial dando apenas para pagar as dívidas mensais”, “nunca passei fome”, “ganhando muito pouco porque quase não dá para pagar as contas”. Os que disseram não ser suficiente, que representa cinco jovens, deram respostas como “hoje em dia não a gente não vive de salário mínimo”, “as vezes não dá para comprar comida suficiente”, “hoje em dia tudo está bastante caríssimo”. A partir dessa informação, é necessário repensar sobre os que possuem até um salário mínimo e afirmaram que este dinheiro é capaz de suprir as necessidades, ou seja, se estão incluídas todas as reais necessidades do ser humano, como alimentação saudável, educação e saúde de qualidade, vestimentas, lazer, cultura e afins.

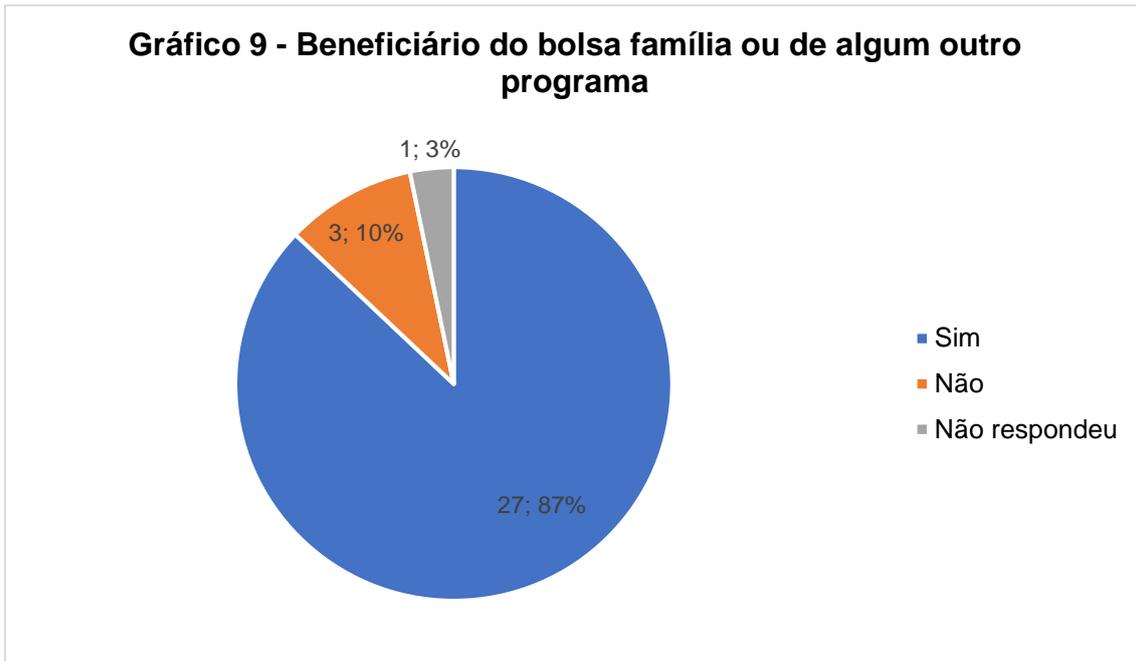


Gráfico 9: Beneficiário do bolsa família ou de algum outro programa
Fonte: Resultado da Pesquisa

O Gráfico 9 mostra que vinte e sete participantes desta pesquisa são beneficiários do bolsa família ou de algum outro benefício do governo, como aposentadoria e auxílio doença. Dessa forma, entende-se que o público atendido pelo SCFV é de forma geral carente, uma vez que necessita de ajuda financeira por parte do poder público.

4.1.2. Aspectos De Saúde

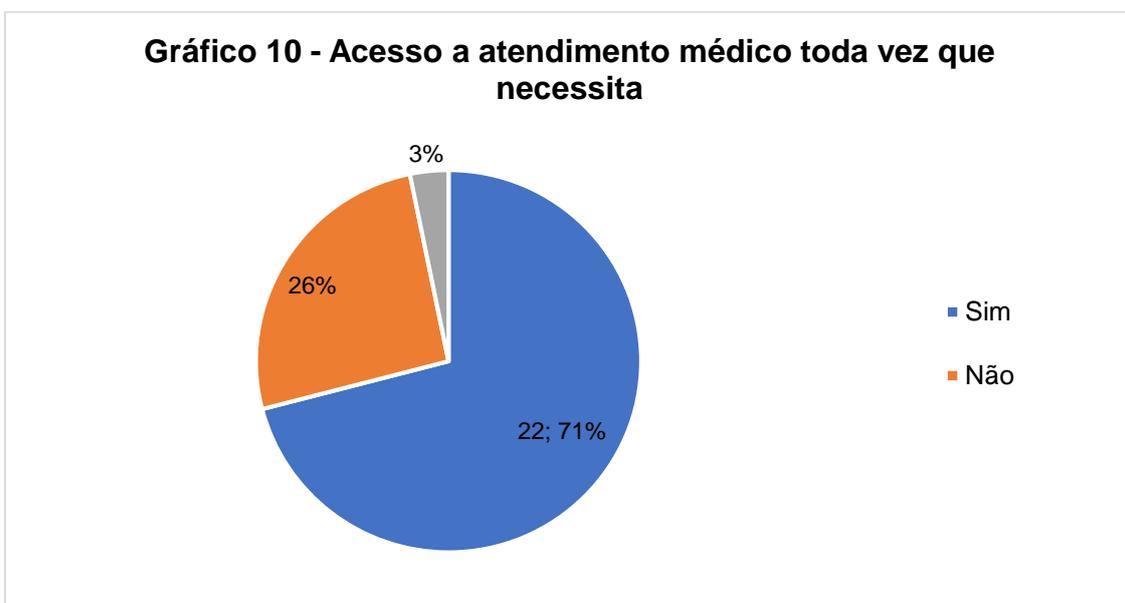


Gráfico 10: Acesso a atendimento médico toda vez que necessita
Fonte: Resultado da Pesquisa

Referente as questões relacionadas à saúde, constatou-se que vinte e dois jovens têm acesso a atendimentos médicos toda vez que necessita, enquanto oito não e um escolheu não responder. A maioria dos jovens, portanto, diz ter acesso aos serviços de saúde.

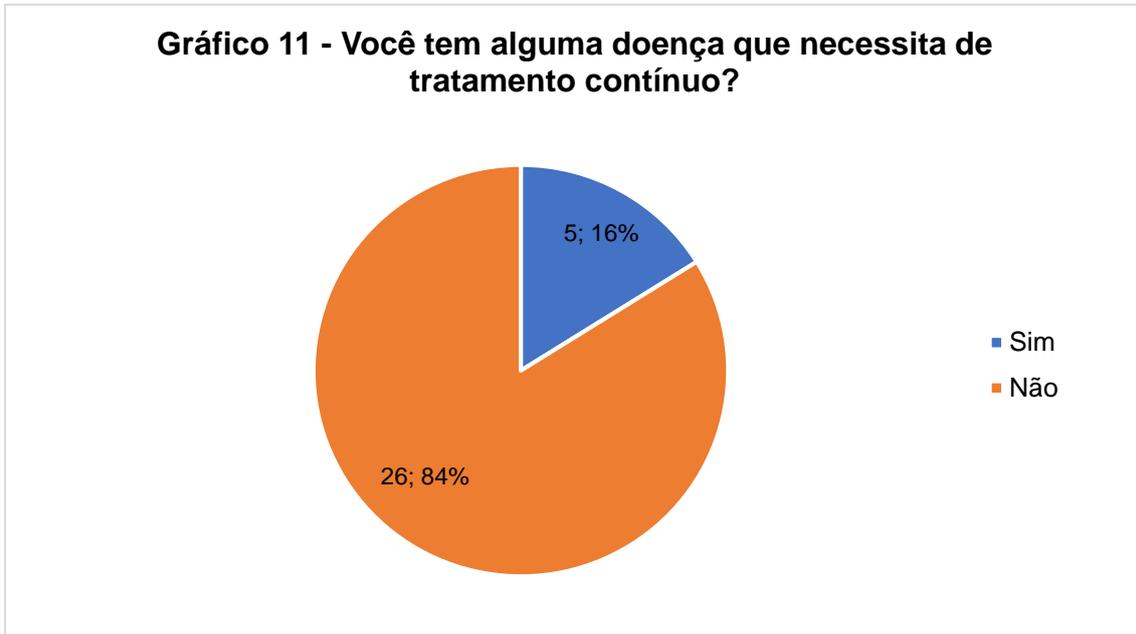


Gráfico 11: Você tem alguma doença que necessita de tratamento contínuo?
Fonte: Resultado da Pesquisa

Vinte e seis jovens não possuem doença que necessita de tratamento contínuo, enquanto cinco jovens possuem. Dos que precisam, todos estão conseguindo realizar o tratamento necessário.

No que tange o acesso aos serviços de saúde, a grande parcela afirmou possuir atendimento médico toda vez que necessita e todos os que precisam de atendimento específico estão recebendo o tratamento necessário. No município há apenas um hospital e alguns postos de saúde na sede e localidades. Atualmente o hospital possui atendimento médico 24h, no entanto, casos mais complexos devem ser encaminhados para os hospitais da capital. Tendo em vista a distância de Palmácia a Fortaleza alguns casos podem se agravar com a demora para se chegar no hospital que fornece determinado tratamento capaz de salvar a vida. Ao pensar no contexto dos jovens que moram nas localidades, a situação ainda se torna um pouco mais grave, pois o acesso até o município é ainda pior, em razão das estradas e dos meios de locomoção.

4.1.3. Aspectos Educacionais

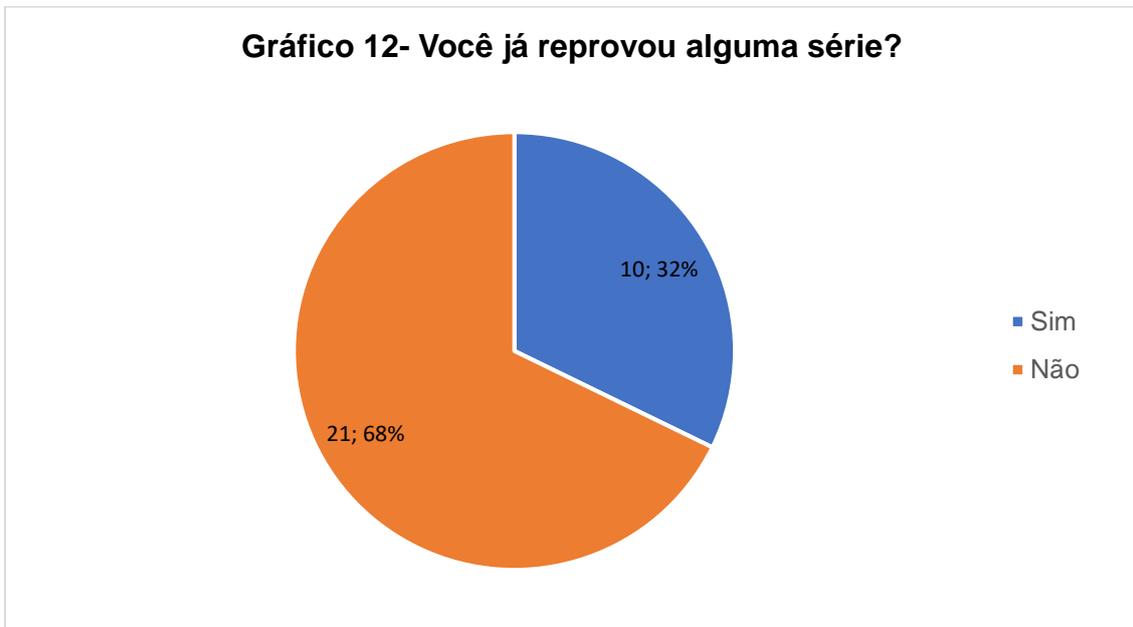


Gráfico 12: Você já reprovou alguma série?
Fonte: Resultado da Pesquisa

Sobre os aspectos educacionais é válido ressaltar que dez jovens já reprovaram alguma série durante a vida na escola, enquanto vinte e um não. Com isso, pode-se entender que a maioria conseguiu obter um bom desempenho ao longo dos anos na escola, não reprovando nenhuma série.

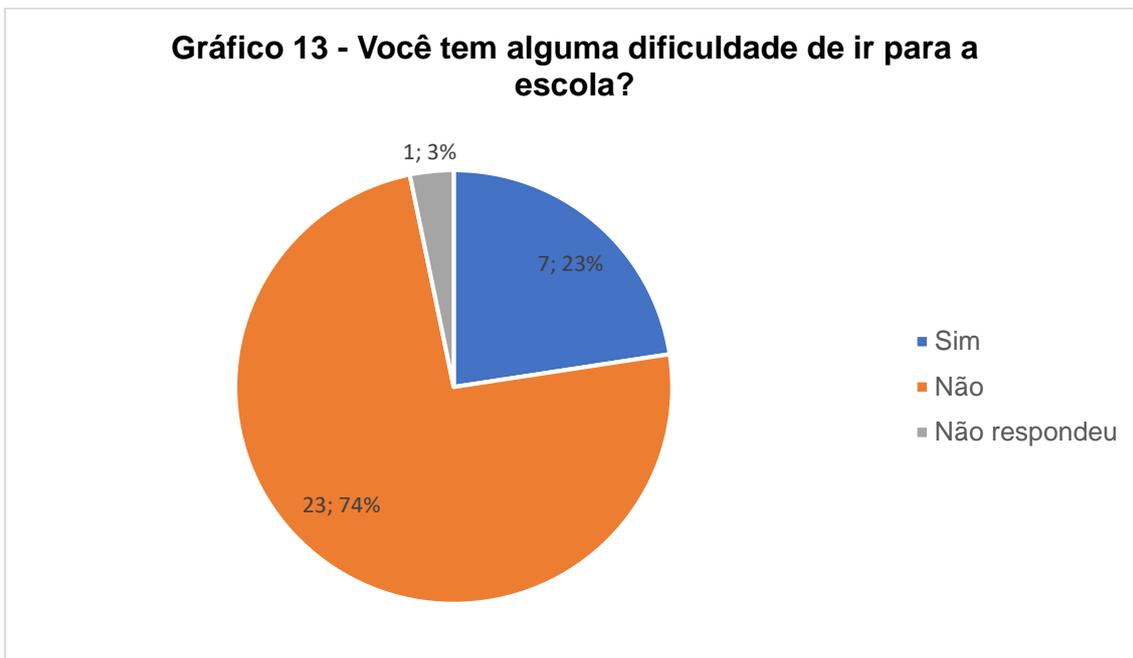


Gráfico 13: Você tem alguma dificuldade de ir para a escola?
Fonte: Resultado da Pesquisa

De acordo com o Gráfico 13, vinte e três jovens afirmaram que não possuem dificuldade para ir à escola, um não respondeu e sete disseram que as principais dificuldades são as estradas que dão acesso à escola, que em períodos de chuvas ficam bastante degradadas, impossibilitando assim que o transporte público consiga chegar até o local de embarque.

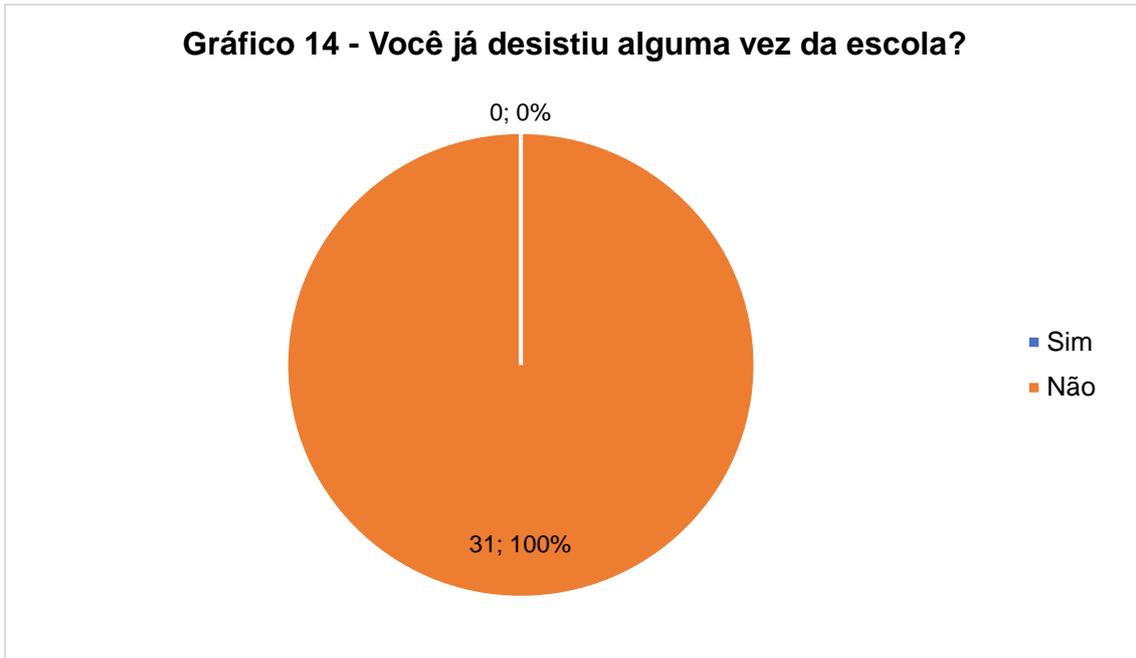


Gráfico 14: Você já desistiu alguma vez da escola?
Fonte: Resultado da Pesquisa

Outro dado bastante relevante é o do Gráfico 14 que apresenta que 100% nunca desistiram da escola. Com isso pode-se inferir que possivelmente os mesmos veem na instituição escolar como algo relevante para suas vidas.

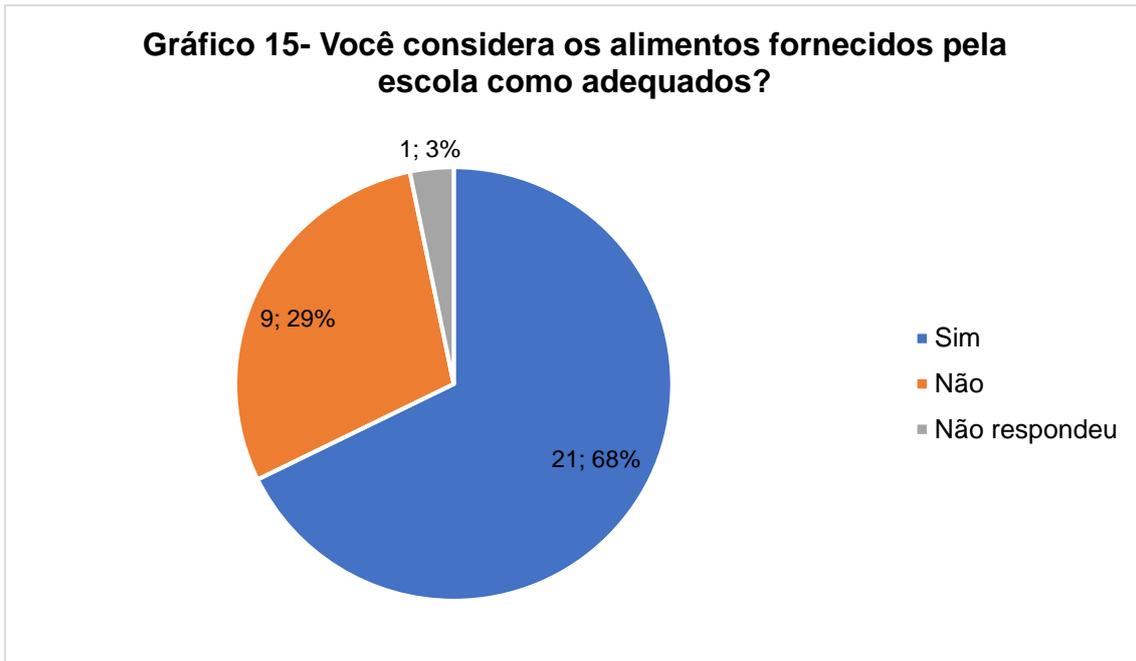


Gráfico 15: Você considera os alimentos fornecidos pela escola como adequados?
 Fonte: Resultado da Pesquisa

No que diz respeito aos alimentos fornecidos pela instituição escolar, vinte e um acreditam serem adequados, enquanto nove não e um não respondeu. Observa-se então que a maioria dos jovens estão satisfeitos com os alimentos fornecidos pela escola.



Gráfico 16: Você tem dificuldade de absorver os conteúdos repassados em sala de aula?
 Fonte: Resultado da Pesquisa

Já sobre a absorção de conteúdos trabalhados em sala de aula, foi possível identificar que dezessete não possuem dificuldade, treze sim e um não respondeu. Com isso, pode-se afirmar que a maioria não possui dificuldade com os conteúdos, no entanto, uma parte considerável possui e devem ser analisadas as causas levam a isso, o que não configura como propósito deste trabalho.

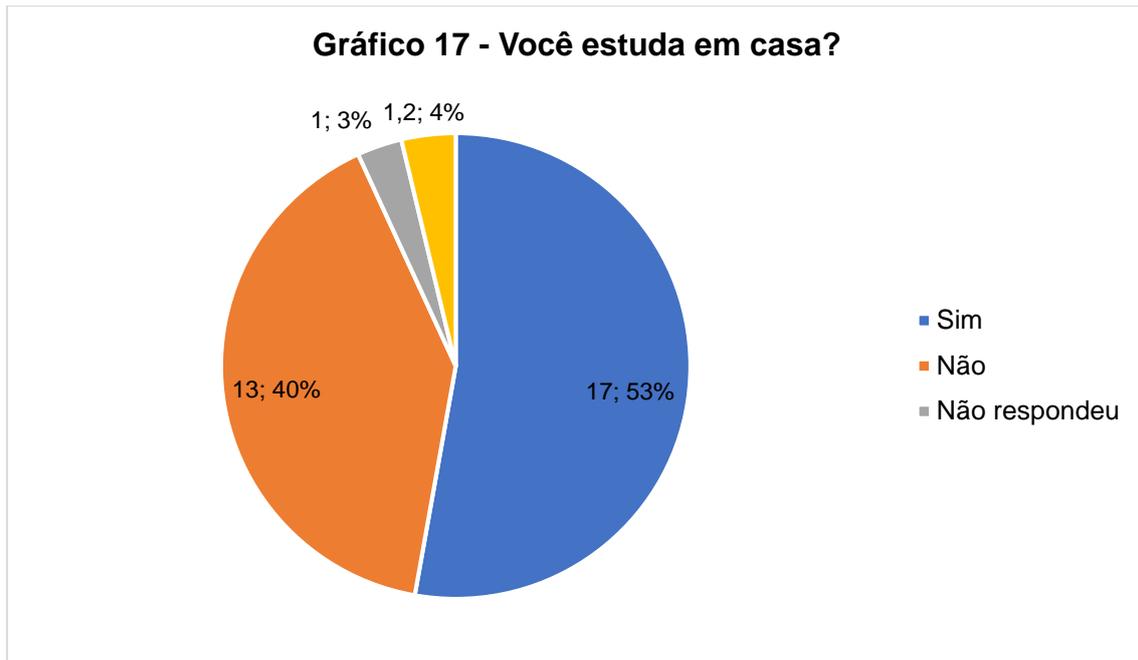


Gráfico 17: Você estuda em casa?
Fonte: Resultado da Pesquisa

Quando questionados se estudam em casa, dezessete afirmaram que sim, treze que não e um não respondeu. Os motivos dos mesmos não estudarem, de forma resumida, são: preguiça, falta de vontade e por não gostarem. Esta questão foi fundamental para identificar se os mesmos estão tendo que trabalhar, ou realizar outros tipos de atividades que de alguma forma pudessem impedir que os mesmos tivessem um tempo dedicado ao estudo, o que não se apresentou nas respostas. Além disso, pode-se fazer uma relação com a informação apresentada anteriormente, de que uma parcela possui dificuldade em absorver os conteúdos, o que coincidentemente se aproxima da quantidade de jovens que não estudam em casa. Dessa forma, pode-se ter como uma das razões para a dificuldade enfrentada pelo mesmos o fato de não revisarem a matéria em casa.

A partir dos dados apresentados do acesso à educação, observou-se que os jovens não possuem dificuldades relacionadas a alimentação na escola, em sua maioria, assim como também não possuem de ir até a instituição, no entanto, a

parte que possui, justificou com motivos relacionados a mobilidade, por conta das estradas que no período de chuvas ficam em péssimas condições.

Mesmo a grande parte possuindo este acesso, vale problematizar a respeito desta educação, se ela é capaz de estimular a criticidade, o desenvolvimento de potencialidades e, ainda, oferecer conhecimento técnico para ampliar as oportunidades dos estudantes.

No que se refere ao ensino fundamental, Palmácia segue os moldes de uma escola padrão. Porém, em relação ao ensino médio, tem-se a escola de ensino profissionalizante, que contém cursos de administração, redes de computadores, segurança do trabalho e turismo, onde estimula o primeiro emprego e contribui para o aperfeiçoamento de habilidades.

Outro ponto que merece atenção é o de que os jovens que responderam aos questionários afirmaram nunca terem desistido da escola, o que se caracteriza como um ponto bastante positivo, assim como a maioria obter bons rendimentos. Esses dados mostram que a educação pode ser entendida na percepção dos mesmos como algo fundamental para a vida em sociedade.

4.1.4. Aspectos Ambientais e de Saneamento

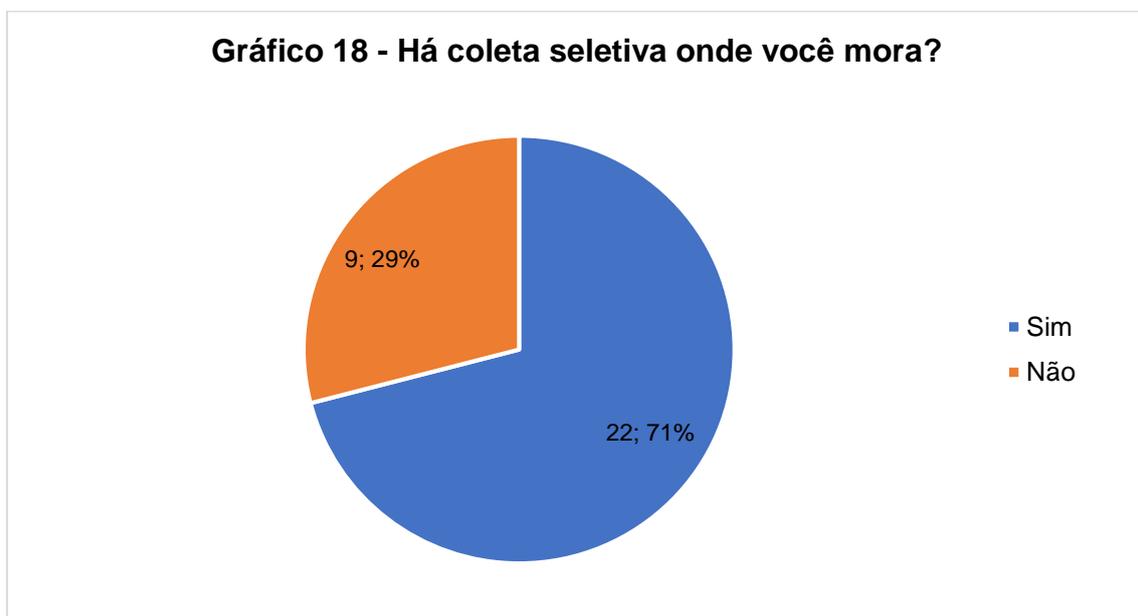


Gráfico 18: Há coleta seletiva onde você mora?
Fonte: Resultado da Pesquisa

Vinte e dois jovens afirmaram possuir coleta seletiva de lixo no local onde residem, enquanto nove que disseram não há. Nesse sentido, a maioria dos jovens diz ter acesso a esse serviço.

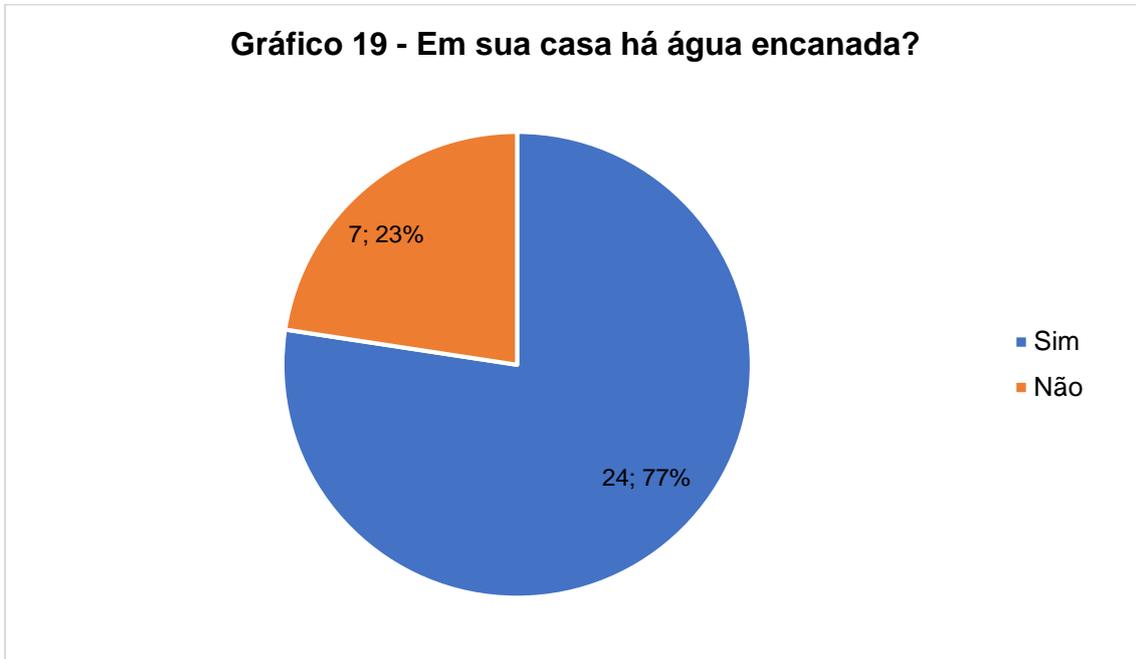


Gráfico 19: Em sua casa há água encanada?

Fonte: Resultado da Pesquisa

Sobre a água encanada, vinte e quatro dizem possuir, enquanto sete não. Dessa forma, entende-se que a maior parte dos usuários possui acesso a esse serviço, no entanto, é preocupante que ainda existam famílias que não possuem, uma vez que se trata de serviços básicos.



Gráfico 20: Há presença de muitos resíduos no local onde você mora?
Fonte: Resultado da Pesquisa

Dez jovens afirmaram que onde vivem há presença de muitos resíduos e vinte e um responderam negativamente. Com isso é possível estabelecer uma relação com os dados apresentados anteriormente, sobre a coleta seletiva, em que os números dos que não tem acesso a esse serviço são parecidos com os números de quem considera o local como de concentração de resíduos, uma vez que não possuem serviço de coleta seletiva consequentemente o ambiente ficará com grande concentração de resíduos.

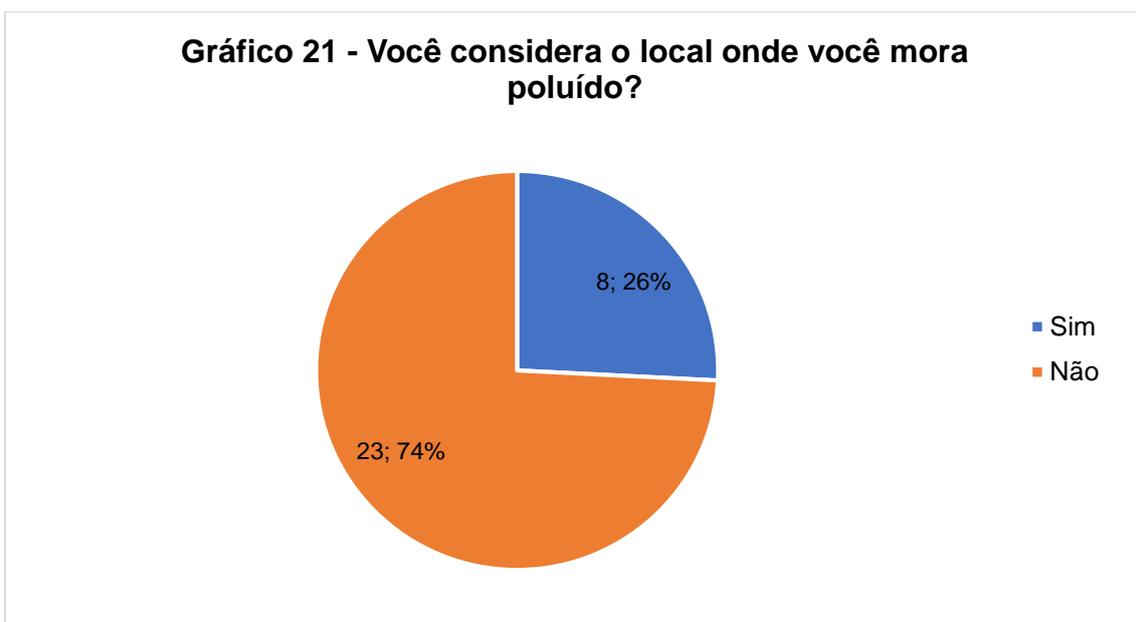


Gráfico 21: Você considera o local onde você mora poluído?
Fonte: Resultado da Pesquisa

Quando perguntados sobre a poluição onde mora, oito jovens consideram o ambiente onde estão localizadas suas residências como poluídos e vinte e três acreditam que não sejam. Com isso, percebe-se que a maioria dos jovens não vivem em ambientes poluídos, ou pelo menos eles consideram que não.

A respeito do acesso aos serviços de coleta seletiva, foi observado que segundo a maioria dos jovens, tem-se a coleta do lixo por parte do poder público. No entanto, alguns jovens, que moram distante da sede, afirmaram não possuir acesso a este serviço, o que possivelmente os leva a considerar o lugar onde vivem como poluído. Por mais que os jovens tenham afirmado que possuem coleta seletiva, o que acontece, é que o município não faz a separação correta do lixo, os caminhões passam pelas ruas apenas recolhendo o lixo e o colocando nos conhecidos lixões. Já em relação a água encanada, a maior parte afirmou ter, no entanto, alguns jovens afirmaram não ter, reportando assim a um problema bastante grave, pois trata-se de serviço básico, em que toda população deveria ter acesso.

4.1.5. Aspectos Culturais e de Lazer

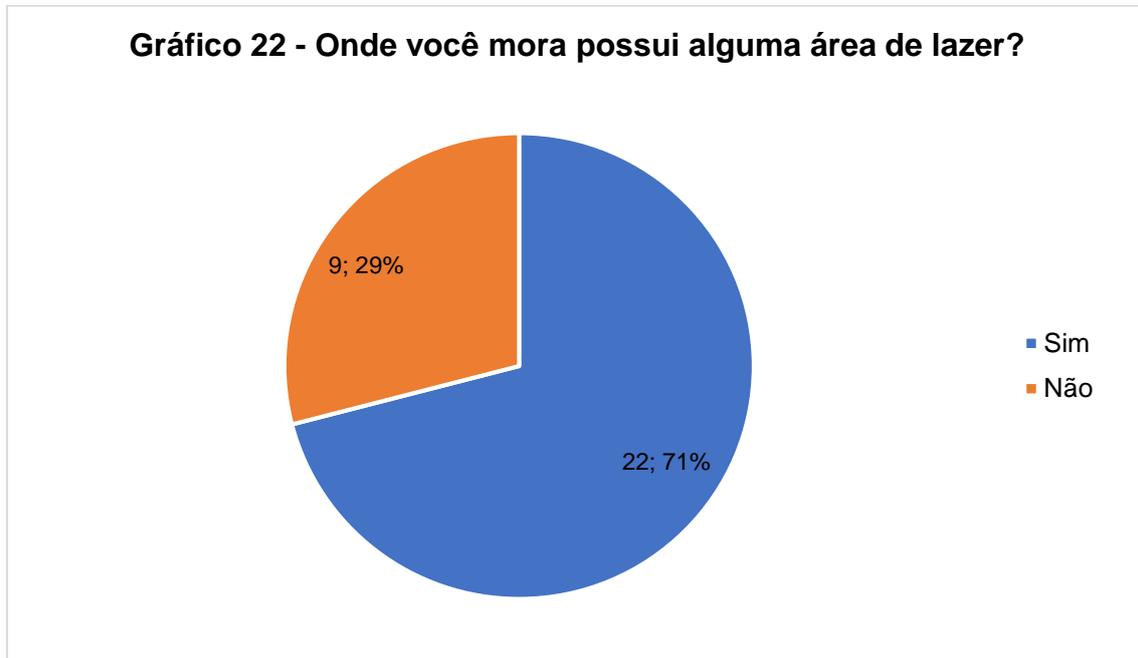


Gráfico 22: Onde você mora possui alguma área de lazer?
Fonte: Resultado da Pesquisa

A partir das respostas foi possível constatar que vinte e dois jovens dizem ter acesso alguma área de lazer, enquanto nove não possuem nenhum. Dentre as áreas

de lazer, foram mencionadas: campo, areninha, ginásio poliesportivos, clubes e praças, foram as áreas mais citadas pelos mesmos como áreas de lazer.



Gráfico 23: Você já participou de algum grupo de teatro, dança, capoeira ou música?
Fonte: Resultado da Pesquisa

Indagados a respeito da participação em alguns grupos artísticos, vinte e dois jovens afirmaram que sim e nove que não. Dentre os grupos que mais foram citados, pode-se apresentar: grupos de teatro, música, por exemplo aula de flauta, de canto, dança como quadrilhas, e capoeira.

Questionou-se também se os mesmos poderiam sugerir algum equipamento que gostariam que fosse disponibilizado no bairro onde residem, as sugestões mais citadas foram: praças de convivência, clube de lazer público, escola de artes marciais, quadra de esportes para prática de futebol, vôlei e basquete, também citaram a construção de uma piscina para aulas de natação, e realização de aulas de artesanato. A partir disso é visível que os jovens têm como principais demandas nas áreas de cultura e lazer, a necessidade de práticas de esportes e espaços que possibilitem uma maior socialização.

O município de Palmácia de fato carece destes espaços, não há na cidade e tampouco na zona rural fontes de entretenimentos, como salões de jogos, museus, salas de cinemas. O que ainda encontramos são os chamados balneários, localizados em determinadas localidades, que possuem piscina, mas que estão condicionados ao consumo no restaurante, ou mesmo a compra de ingressos para utilização da piscina. Não há nenhum espaço do poder público que possa ofertar esse tipo de serviço.

Para identificar se os usuários do SCFV estão em situação de vulnerabilidade adotou-se a ideia de Abramovay (2002) já apresentada neste trabalho, para realizar esta identificação, em que entende-se que as fontes de vulnerabilidade se dão a partir da negação de acesso dos indivíduos a direitos básicos como educação, saúde, lazer, cultura e afins.

Nesse sentido, pode-se afirmar que os usuários são vulneráveis principalmente no que tange os aspectos financeiros, tendo em vista que a maioria vive com uma renda familiar que corresponde até um salário mínimo (R\$ 998,00), o que se caracteriza como um valor bastante baixo, uma vez que estão inseridos em um sistema capitalista e em um país que encontra-se emerso em uma crise política, econômica e fiscal. Dessa forma dificilmente todas as necessidades serão supridas.

No que tange o acesso aos serviços de saúde a partir dos dados apresentados é possível avaliar que nem todos os usuários possuem acesso a estes serviços. Pelo município de Palmácia ser de pequeno porte e ter apenas um hospital, na maioria das vezes as pessoas são encaminhadas para Fortaleza, onde recebem tratamentos mais especializados e de acordo com suas necessidades. Dessa forma, os usuários possuem acesso de forma parcial aos serviços de saúde, e se tratando especificamente dos usuários que residem na zona rural, a situação se complica um pouco mais, já que a locomoção para a cidade é algo ainda difícil, tanto por questões de infraestrutura, ou seja, de estradas, quanto por questões de transportes. Então, a respeito dos aspectos de saúde, os usuários também podem ser considerados como em situação de vulnerabilidade, mesmo que parcialmente.

Já sobre o acesso à educação, notou-se que a maior parte dos usuários não possui dificuldades de ir até a escola, nunca desistiram da instituição e também não possuem dificuldade de absorção dos conteúdos trabalhos, obviamente. Com isso, pode-se afirmar que o fator educação é inserido de forma parcial para justificar a situação de vulnerabilidade em que os jovens se encontram, uma vez que uma parte considerável, especificamente os que moram nas localidades, enfrentam problemas de transporte para chegarem até a escola, fora este ponto, a rede pública de ensino tem conseguido evoluir bastante, visto a escola de educação profissional da cidade que se constitui com uma avanço no sentido de que proporciona aos estudantes conhecimento e incentivos necessários para a inserção no mercado de trabalho.

No que se refere aos aspectos ambientais e de saneamento, especificamente, sobre os serviços de coleta seletiva e água encanada, é possível afirmar que a maioria

dos usuários diz ter acesso a estes serviços. Nesse momento, entra novamente a questão dos usuários que residem na zona rural, que não possuem tratamento de água e caracterizam o lugar onde vivem como possuidor de muitos resíduos. Portanto, os usuários que vivem na zona rural podem ser classificados como em situação de vulnerabilidade a respeito dos serviços de coleta seletiva e de água encanada.

Também foi possível observar que os jovens consideram ter acesso a áreas de lazer, mas gostariam de iniciativas do poder público com foco em atividades esportivas e construção de espaços capazes de estimular a socialização entre as pessoas. Na verdade, o acesso as áreas de lazer em que os jovens se reportam, limitam-se especificamente a praças e quadras de futebol. Não há na cidade espaços públicos que efetivamente promovam diversão e entretenimento aos jovens. Quanto à cultura, o que se encontram são iniciativas pelo poder público com a promoção de festas comemorativas, como o festival de quadrilhas, por exemplo, sessões de filmes nas comunidades e as atividades desenvolvidas pelas escolas relacionadas a temas referentes ao calendário anual brasileiro de comemorações, o que também se justifica como um fator gerador de vulnerabilidade, tendo em vista o pouco acesso dos mesmos.

A partir da ideia de Monteiro (2011), a vulnerabilidade pode ser entendida como resultado de desigualdades sociais, o que ocorre especificamente com os jovens que frequentam o SCFV, em relação a carência de recursos financeiros, de saúde, educação, saneamento, lazer e cultura. Nesse sentido, os usuários do SCFV e especialmente os que moram na zona rural em detrimento das mais difíceis condições apresentadas, podem ser classificados como em situação de vulnerabilidade.

4.2. Análise das Situações de Risco a Violência Na Família e na Comunidade

Para realizar esta análise, foram realizadas perguntas para compreender a composição familiar, relação com a família, contato dos usuários com drogas lícitas e ilícitas e relação com a comunidade. Os dados também foram apresentados em forma de gráficos para um entendimento mais adequado acerca do tema.

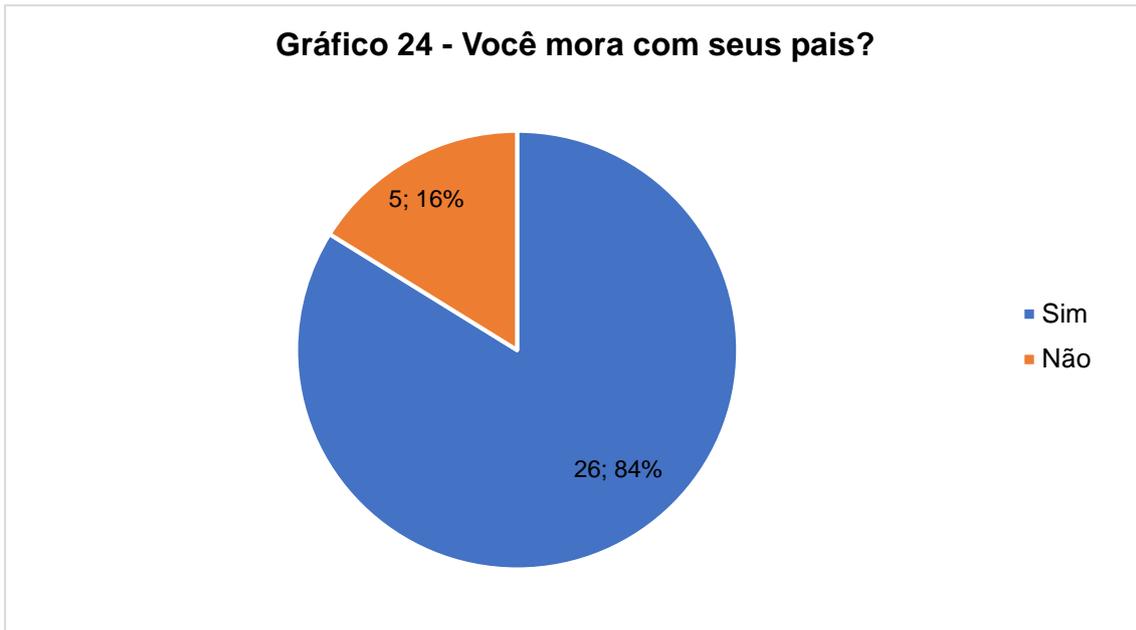


Gráfico 24: Você mora com seus pais?
Fonte: Resultado da Pesquisa

Inicialmente, quando questionados se moravam com os pais, vinte e seis jovens afirmaram que sim, já cinco jovens disseram que não. Os motivos para justificar a razão por não morarem com os pais foram: três afirmaram que os pais são separados, um que está sob guarda dos avós e um não especificou a razão. Contudo, constatou-se que a maioria dos participantes da pesquisa moram com seus pais.

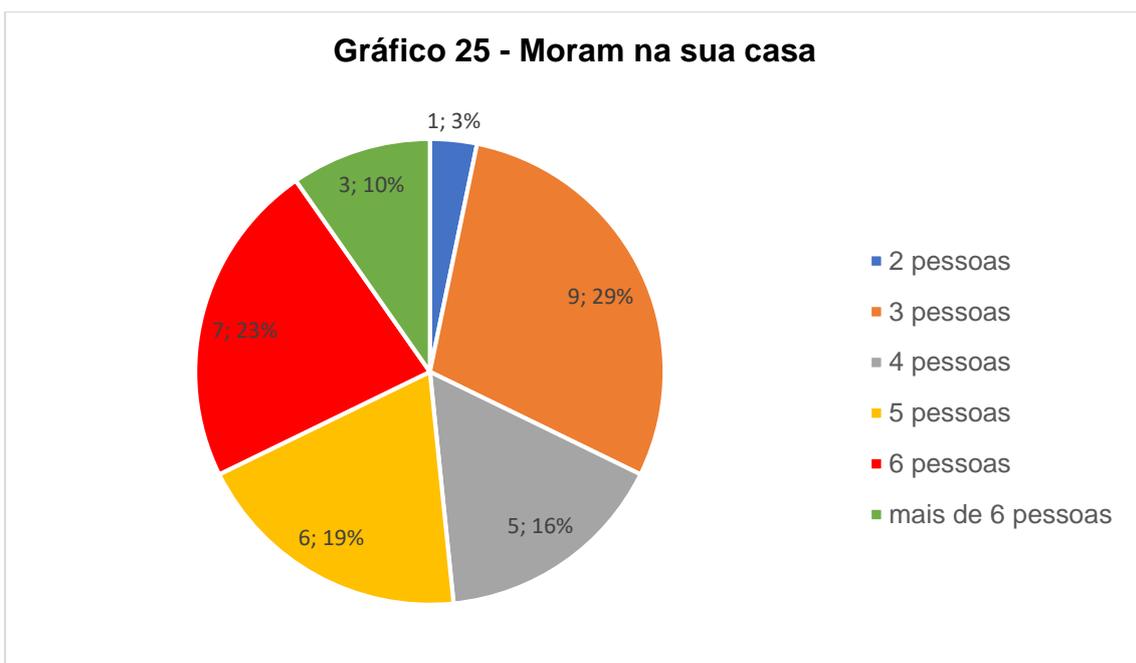


Gráfico 25: Moram na sua casa
Fonte: Resultado da Pesquisa

Em relação ao número de pessoas que residem na casa dos mesmos, percebeu-se que um afirmou que em sua residência moram duas pessoas, nove disseram residir três pessoas, cinco confirmaram a existência de quatro pessoas residentes, seis afirmaram possuir cinco pessoas residentes, sete jovens declaram haver 6 pessoas residentes e três jovens selecionaram a opção que confirmava a existência de mais de 6 pessoas residentes. Percebe-se que a maior parte das famílias possuem de três a seis membros.

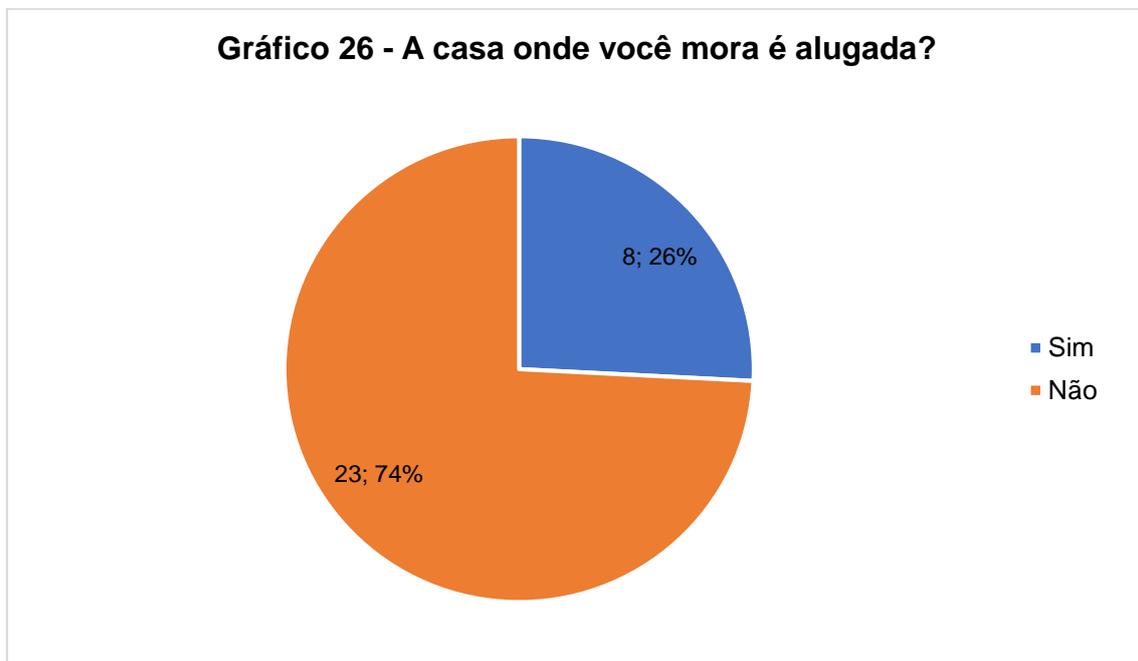


Gráfico 26: A casa onde você mora é alugada?
Fonte: Resultado da Pesquisa

Vinte e três jovens que responderam ao questionário afirmaram não morar em casa alugada, enquanto oito confirmaram. Dessa forma, observa-se que a maioria vive em casa própria.

Gráfico 27 - Você considera perigoso o lugar onde você mora?

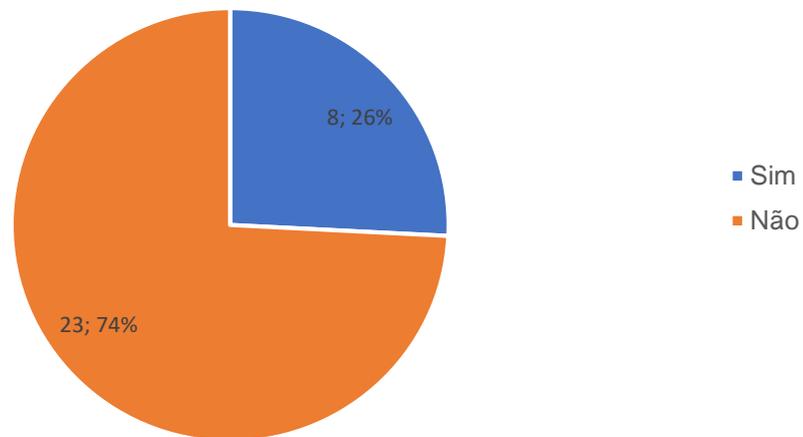


Gráfico 27: Você considera perigoso o lugar onde você mora?

Fonte: Resultado da Pesquisa

Vinte e três jovens afirmaram não considerar perigoso o local onde vivem, oito acreditam ser perigoso. Quanto as justificativas para não considerarem o ambiente onde moram como perigoso, a maioria discorre que o local é pequeno, calmo, onde não há assaltos, violência e usuários de drogas. Já as afirmações dos que consideram perigoso o lugar onde vivem, são coincidentemente a presença de usuários de drogas, constantes assaltos e violências.

Gráfico 28 - Como você considera a relação com sua família?

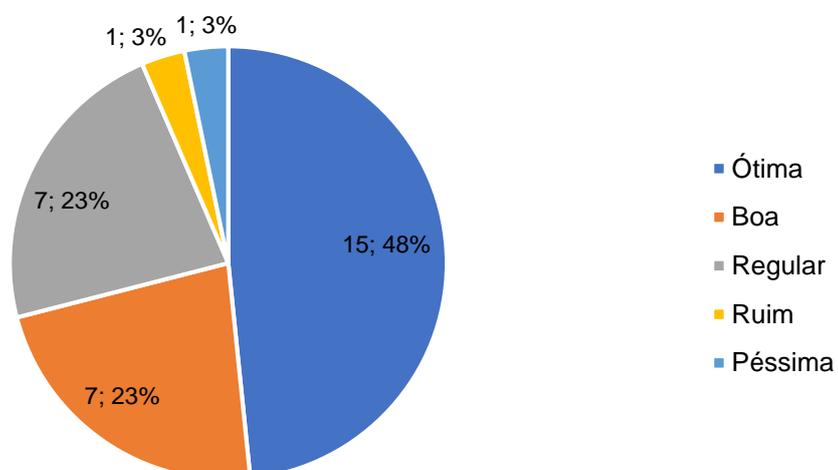


Gráfico 28: Como você considera a relação com sua família?

Fonte: Resultado da Pesquisa

Ao contabilizar as respostas pôde-se constatar que quinze jovens avaliam a relação com pais como ótima, sete como boa, sete como regular, um como ruim e um como péssima. Com isso, pode-se dizer que a maioria dos jovens possuem uma boa relação como suas famílias.

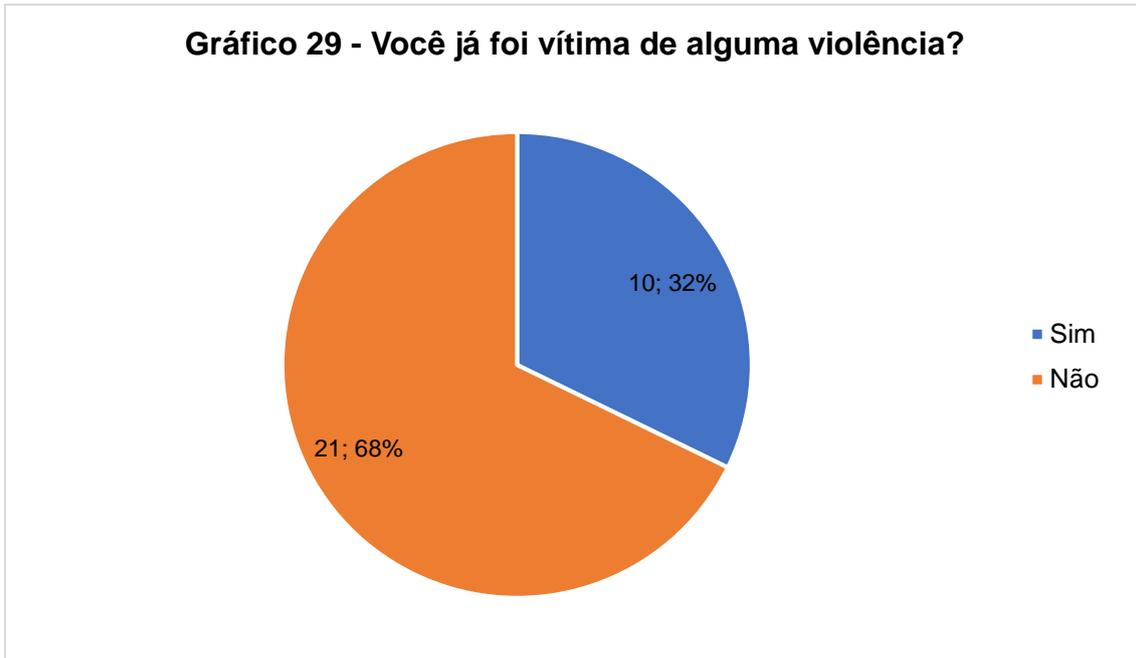


Gráfico 29: Você já foi vítima de alguma violência?
Fonte: Resultado da Pesquisa

Também foi indagado se os mesmos já foram vítimas de algum tipo de violência, dez jovens afirmaram que sim e vinte e um jovens que não. Os tipos de violência elencados como sofridos, foram dois: violência psicológica, que representa oito respostas e violência institucional, que representa duas. Quanto a frequência de ocorrência, dois dos jovens afirmaram que se deu apenas uma vez, cinco disseram que poucas vezes, dois acreditam que muitas vezes e um que sempre. Observa-se que um número considerável já foi alvo de violência, ocorrida poucas vezes, conforme a maioria das respostas.

Gráfico 30 - Seus pais consomem bebida alcoólica?

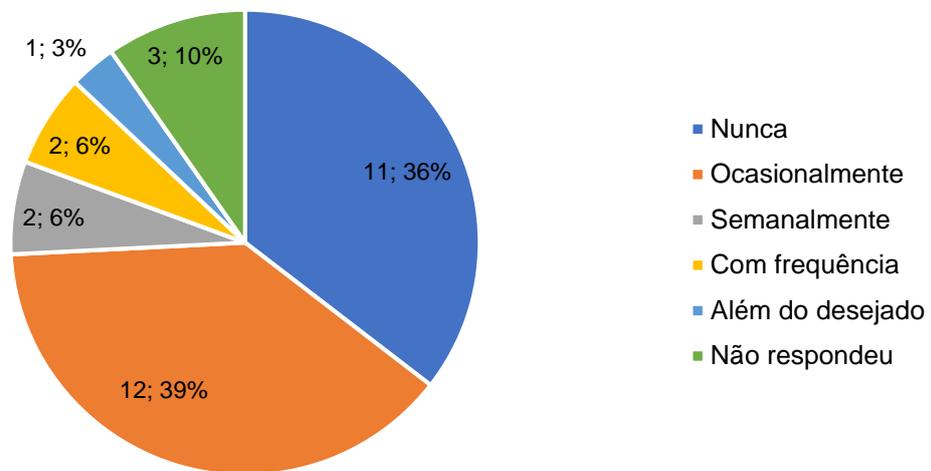


Gráfico 30: Seus pais consomem bebida alcoólica?

Fonte: Resultado da Pesquisa

Sobre o consumo de bebida pelos pais dos jovens observou-se que onze jovens afirmaram que eles nunca fizeram uso, doze disseram que os mesmos fizeram uso de forma ocasional, dois semanalmente, dois com frequência, um além do desejado e três não responderam. Constata-se assim, que a maioria dos pais já teve contato com bebidas alcoólicas.

Gráfico 31 - Seus pais já tiveram contato com drogas ilícitas?

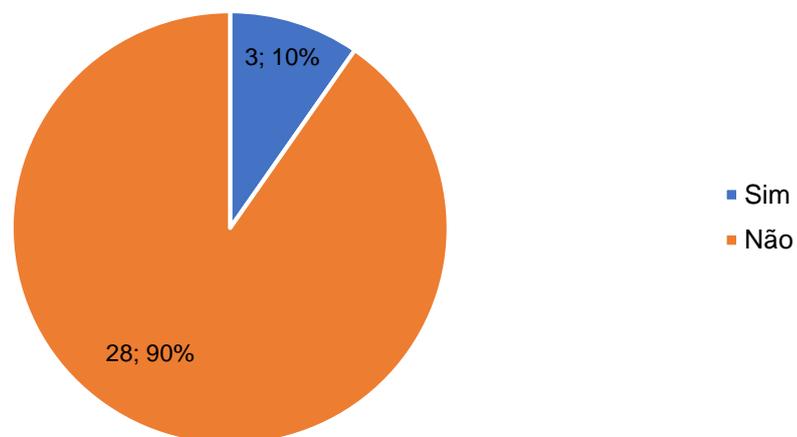


Gráfico 31: Seus pais já tiveram contato com drogas ilícitas?

Fonte: Resultado da Pesquisa

Já no que tange ao contato com drogas ilícitas, vinte e oito afirmaram que seu pais não fazem uso e três confirmaram que os mesmos já tiveram contato de forma ocasional (um), com frequência (um) e além do desejado (um). Diferentemente das bebidas alcoólicas, o contato com drogas ilícitas não foi feito pela maioria.

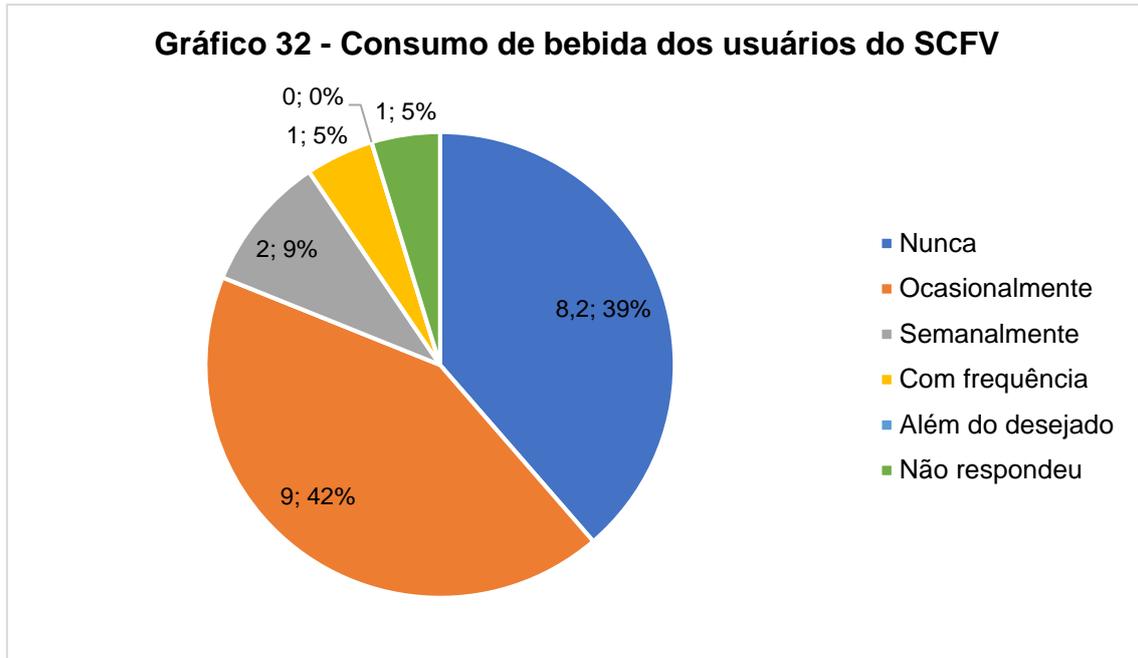


Gráfico 32: Consumo de bebida dos usuários do SCFV
Fonte: Resultado da Pesquisa

Sobre o consumo de bebidas alcoólicas por parte dos usuários do SCFV, identificou-se que dezoito afirmaram que nunca fizeram uso, nove utilizaram de forma ocasional, dois semanal, um com frequência e um não respondeu. Assim, segundo informaram, entende-se que vinte e dois jovens já tiveram contato com bebidas alcoólicas, o que deve merecer atenção por parte do poder público, uma vez que tratam-se de indivíduos que estão abaixo da faixa etária de 18 anos, em que legalmente se permite o uso.

Já em relação ao contato com drogas ilícitas, dois jovens relataram que tiveram contato de forma ocasional, o que também se configura como algo merecedor de atenção, visto que deve-se entender as razões pelas quais levaram os mesmos a buscarem este tipo de entorpecente e, então, evitar que possam, de alguma forma, influenciar os demais do grupo.

Com isso, é correto afirmar que a maioria dos pais, fez ou faz uso de bebidas alcoólicas, no entanto, a grande maioria, segundo as informações coletadas, não são usuários de drogas ilícitas. Dessa forma, é possível inferir que as famílias em que os

jovens estão inseridos, possuem contatos mesmo que de forma moderada ou até mais do que desejado com drogas lícitas. Dependendo das situações, isso pode-se configurar como um risco para o jovem, uma vez que o uso excessivo pode estimular nos indivíduos a mudança de comportamentos e atitudes, influenciando assim no convívio familiar.

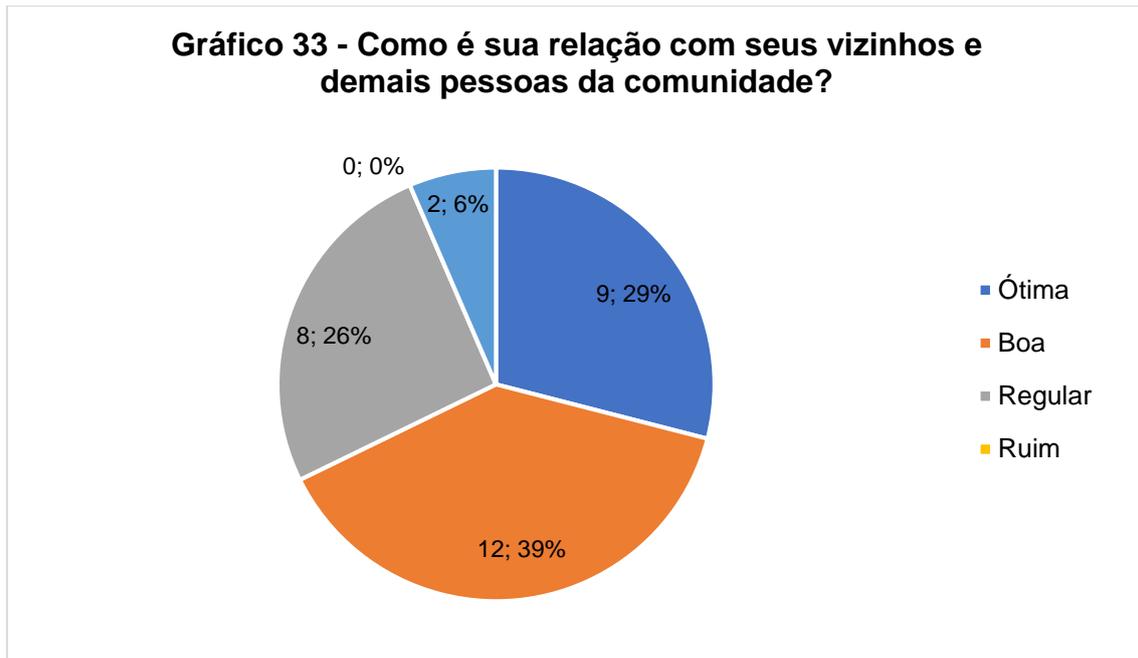


Gráfico 33: Como é sua relação com seus vizinhos e demais pessoas da comunidade?
Fonte: Resultado da Pesquisa

Questionado sobre a relação com a comunidade, nove acreditam que a seja ótima, doze avaliam como boa, oito como regular e dois como péssima. Nesse sentido, a relação da maioria fica entre ótima e regular.



Gráfico 34: Você já sofreu violência na sua comunidade?
 Fonte: Resultado da Pesquisa

Quatro jovens afirmaram que já foram vítimas de violência na comunidade, vinte e seis disseram que não e um optou por não responder. Dos que afirmaram já ter sofrido violência, todos definiram-na como do tipo psicológica. Com isso, percebe-se que a maioria dos jovens não foram vítimas de violência e os que foram a classificaram como psicológica.

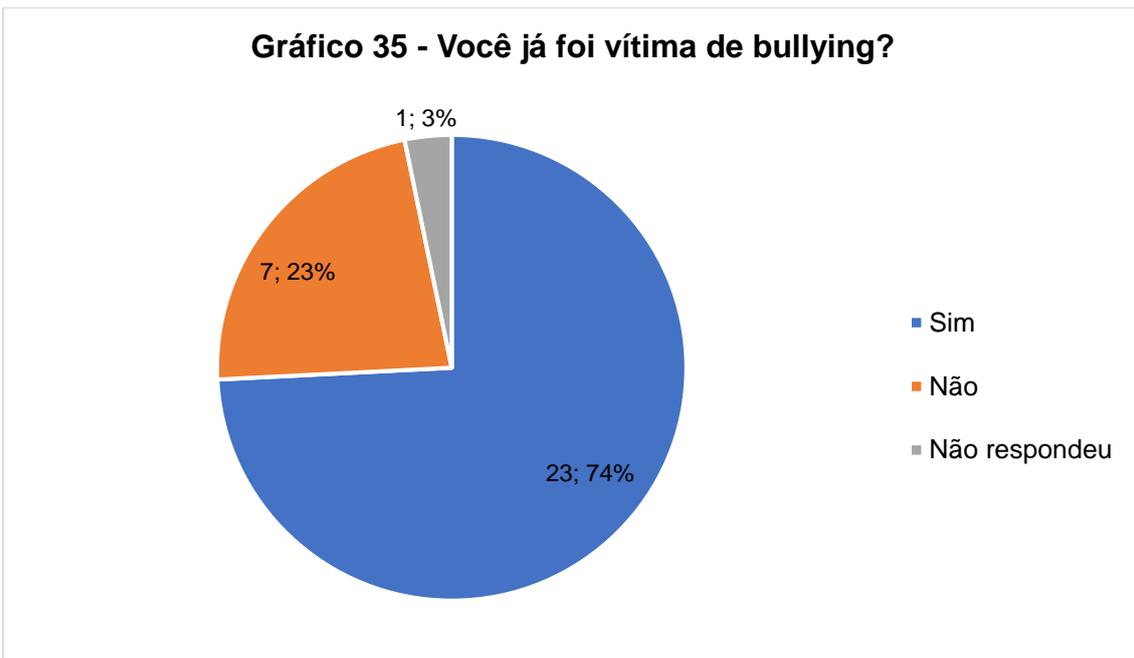


Gráfico 35: Você já foi vítima de bullying?
 Fonte: Resultado da Pesquisa

Quando perguntados se já foram vítimas de bullying os jovens afirmaram que sim, o que não se assemelha aos resultados encontrados quando perguntados de forma geral se sofreram algum tipo de violência. Dessa forma, pode-se deduzir que a concepção dos mesmos de sofrer violência pode ser diferente e até mesmo entendida como algo cotidiano, ao ponto de não ser entendida como sendo uma forma de violência.

Levando em consideração que o serviço busca fortalecer os vínculos dos jovens com a família e a comunidade, compreende-se que os mesmos estão em situação de risco. Para análise, adotou-se a classificação de Sierra e Mesquita (2006), que compreende determinados fatores já discutidos, especificamente sobre os usuários, julgou-se necessário a partir do objeto dos serviços, a avaliação de três fatores: moradia, relações com família e com a comunidade.

Nessa perspectiva, referente aos aspectos de moradia, observou-se que a maioria dos jovens vive em casa própria e a composição varia de três a seis pessoas, no entanto, há famílias com mais de seis pessoas. Tendo em vista que boa parte das famílias dos jovens possui renda familiar até um salário mínimo fica-se bastante difícil que as necessidades sejam supridas. Dessa forma, os riscos relacionados à fome, por exemplo, são bastante acentuados e se tratando dos que moram em casa alugada e também vive com até um salário mínimo os riscos tornam-se ainda maiores.

A respeito da relação com familiares, é possível observar que a mesma se configura como positiva, na maior parte dos casos, como já apresentado. Foi identificado que os pais já tiverem contato com bebidas alcoólicas, o que não configura como um problema, porém, se utilizadas de forma excessiva podem apresentar determinado risco para os jovens e a própria convivência da família.

Já sobre em relação à comunidade, percebeu-se que os jovens consideram-na como positiva e também afirmaram que nunca foram vítimas de violência. Um número considerável também afirmou que não foi alvo de violência, embora, quando questionados se já sofreram bullying afirmaram que sim, o que nos deduz a entender que a percepção dos mesmos de violência pode ser diferente, não considerando certas atitudes ou situações como violência. Dessa forma, entende-se que, também, seja presente o risco de violência na comunidade, tendo em vista que os jovens já foram alvos de violência psicológica, embora a maioria não reconheça.

Com isso, a seguir se dará início a apresentação dos dados referentes a percepção dos usuários sobre o SCFV, para que se possa perceber a atuação do mesmo sobre as questões até aqui relatadas.

4.3. Percepções sobre o SCFV

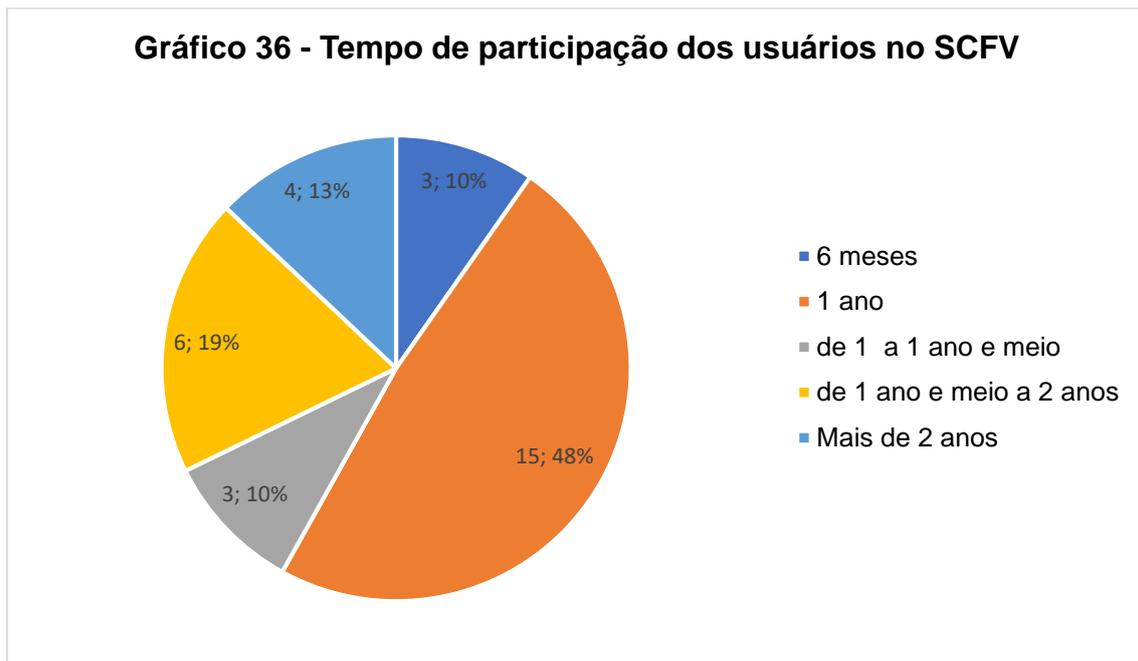


Gráfico 36: Tempo de participação dos usuários no SCFV
Fonte: Resultado da Pesquisa

Indagados sobre qual o tempo de participação dos usuários no SCFV, os números encontrados foram os seguintes: três jovens participam há cerca de seis meses, quinze jovens há um ano, três jovens de um ano a um ano e meio, seis jovens de um ano e meio a dois anos e quatro há mais de dois anos. Nesse sentido, entende-se que a maioria já está participando do serviço há cerca de um a dois anos.

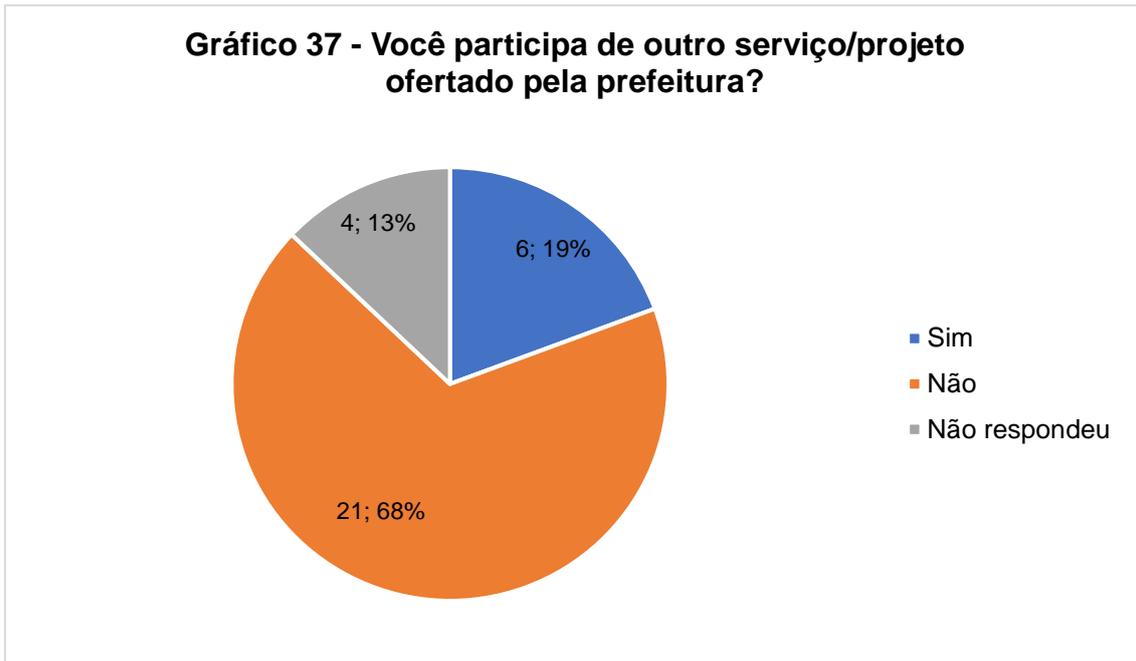


Gráfico 37: Você participa de outro serviço/projeto ofertado pela prefeitura?
Fonte: Resultado da Pesquisa

Vinte e um jovens não participam de outro serviço ou projeto ofertado pela prefeitura, seis jovens participam de outro serviço ou projeto e 4 jovens optaram por não responder. É possível afirmar que a maioria dos jovens participam apenas do SCFV.

Questionados sobre como ficaram sabendo da existência do serviço as respostas que mais apareceram foram basicamente: por meio de amigos, das pessoas da comunidade, dos orientadores sociais, da psicóloga e divulgação da secretaria de educação.

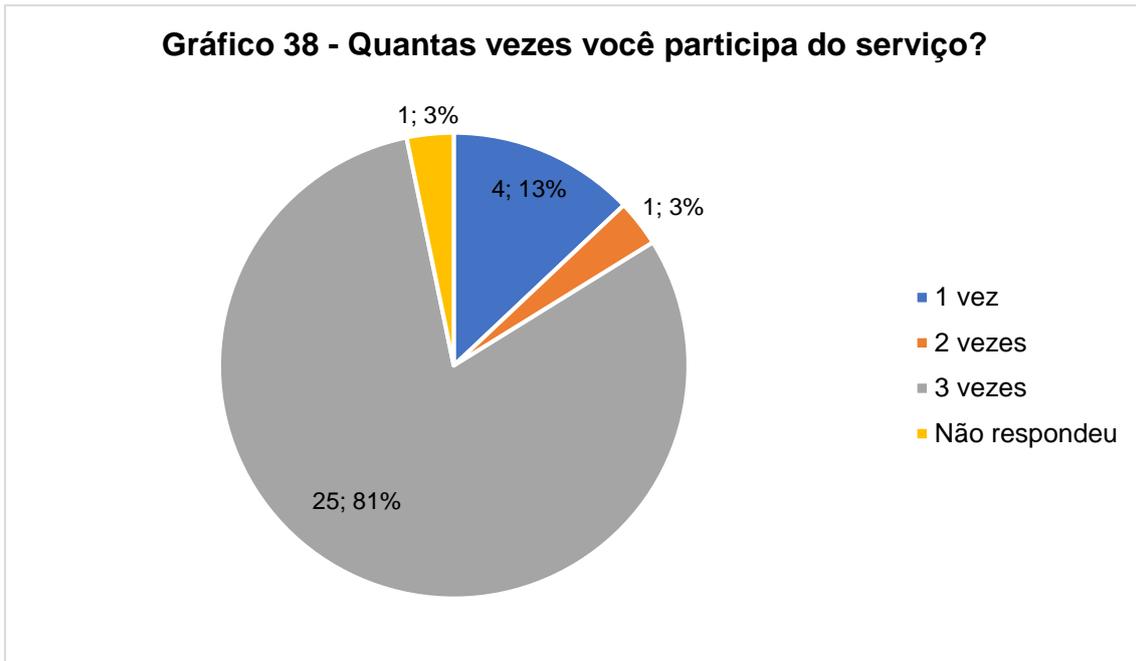


Gráfico 38: Quantas vezes você participa do serviço?
Fonte: Resultado da Pesquisa

Em relação a frequência no serviço, constatou-se que quatro jovens participam uma vez na semana, um jovem participa duas vezes na semana, vinte e cinco jovens participam três vezes na semana e um não respondeu. Observa-se que a maior parte dos jovens está frequentando o serviço de forma assídua, tendo em vista que são realizados três encontros por semana.

Também se levantou a questão da motivação, o que de fato os estimulou a participar dos encontros e demais atividades que são desenvolvidas no SCFV, as razões atribuídas foram: aprender a conviver com as pessoas, a conhecer coisas novas, debater assuntos que não são discutidos, realizar brincadeiras, dinâmicas, merendas que são servidas no intervalo dos encontros e passeios.

Ao serem perguntados se poderiam definir em poucas palavras o SCFV, as respostas obtidas foram as seguintes: “é o meio de socialização entre as pessoas e os ambientes públicos”, “é o local onde os jovens se distraem, se divertem e também debatem sobre temas interessantes”, “é um serviço que trabalha e fortalece os vínculos”, “ajuda o conhece dos jovens e o aprendizado de cada um” essas foram basicamente as respostas que mais se aproximam de uma definição conceitual, as outras respostas se deram em um sentido mais assemelhado ao de satisfação. Desse modo, apareceram palavras, como “é legal”, “top”, “show”, “é divertido”, “ótimo” e “bom”. A partir disso, percebeu-se que a maioria dos jovens não conseguiu conceituar de fato o que seja o SCFV, o que já havia sido reportado pela secretária de assistência

e desenvolvimento social do município, em entrevista concedida, onde foi afirmado que por mais que os usuários não soubessem definir o que seja o serviço, os mesmos sentem o que de fato é o serviço, seu objetivo, o propósito de cada atividade realizada.

A respeito das temáticas abordadas no serviço, foi solicitado que os jovens selecionassem os temas que já haviam trabalhado nos encontros realizados. Para compreender melhor esta informação os dados foram apresentados em forma de tabela. (Ver Tabela 2).

Tabela 2: Atividades temáticas em que os jovens do SCFV participaram

Atividades	Sim	Não	Sim%	Não%
Atividades políticas e ambientais	28	3	90,32%	9,68%
Atividades de esporte e lazer	29	2	93,55%	6,45%
Atividades intergeracionais	17	14	54,84%	45,16%
Atividades coletivas e comunitárias	19	12	61,30%	38,70%
Atividades que incentivam o trabalho	15	16	48,38%	51,62%
Atividades de arte e cultura	22	9	70,97%	29,03%
Atividades que promovam a consciência crítica	18	13	58,06%	41,94%
Atividades que promovam a comunicação e inclusão digital	14	17	45,17%	54,83%
Atividades que valorizam a condição juvenil	21	10	67,75%	32,25%

Fonte: Elaborada pelo autor

A partir da apresentação dos dados é possível afirmar que as atividades relacionadas à política, meio ambiente, esporte, lazer e arte e cultura são as que mais foram selecionadas e portanto, desenvolvidas pelo SCFV. Atividades de incentivo ao

trabalho e que promovam a comunicação e inclusão digital, foram as que menos foram selecionadas, o que podemos entender que não são abordadas de forma frequente nos encontros realizados. Isso significa que este seja um ponto no qual deva ser mais trabalhado no e pelo serviço, tendo em vista as necessidades da sociedade contemporânea, que está cada vez mais globalizada, com interações em tempo real.

Dessa forma, atentar-se para essas questões é de suma importância para a juventude, uma vez que o mercado de trabalho também segue a mesma dinâmica. Preparar os jovens para tal e mantê-los atualizados sobre aspectos de inovação, tecnologia e tendências do mercado de trabalho os auxiliará de forma singular.

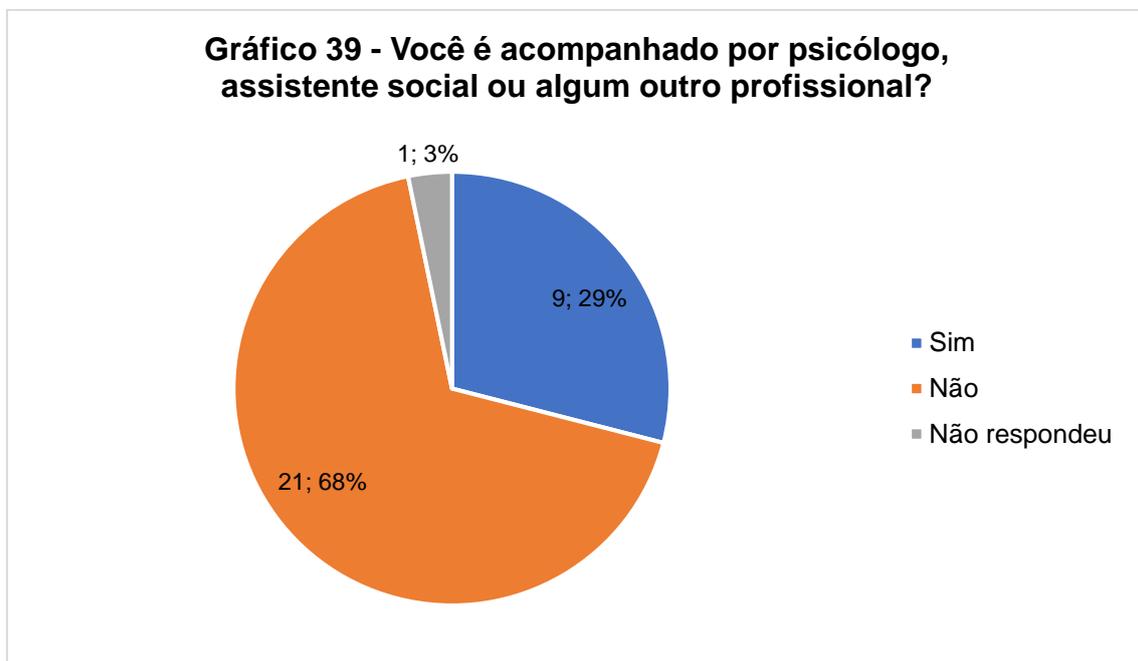


Gráfico 39: Você é acompanhado por psicólogo, assistente social ou algum outro profissional?
Fonte: Resultado da Pesquisa

Prosseguindo com as questões relacionadas as percepções dos jovens sobre o SCFV, foi questionado se os mesmos estavam sendo acompanhados por psicólogos, assistentes sociais ou outros profissionais, vinte e um afirmaram que não, nove que sim e um não respondeu. Dessa forma, é necessário atentar-se para esta realidade, pois o acompanhamento se faz necessário, uma vez que tratam-se de jovens em sua maioria menores de idade e que estão em um processo de descobrimento e de vivência de novas experiências. Para entender esta questão, conversou-se com a Vanderly Silva, orientadora social do coletivo da comunidade de Saco do Vento, que relatou que há acompanhamento de psicólogo, no entanto, ele é realizado quando o(a) jovem está passando por demanda específica, como dificuldade nos estudos, foi vítima de violência ou seja, casos de natureza emergente. Entretanto,

é importante ressaltar a necessidade de um acompanhamento preventivo, com o intuito de evitar que tais situação aconteçam, atendendo assim ao que o próprio SCFV, como definido no documento do governo federal, onde discorre que o serviço deve atuar de forma preventiva, resguardo e evitando a violação de direitos dos jovens.

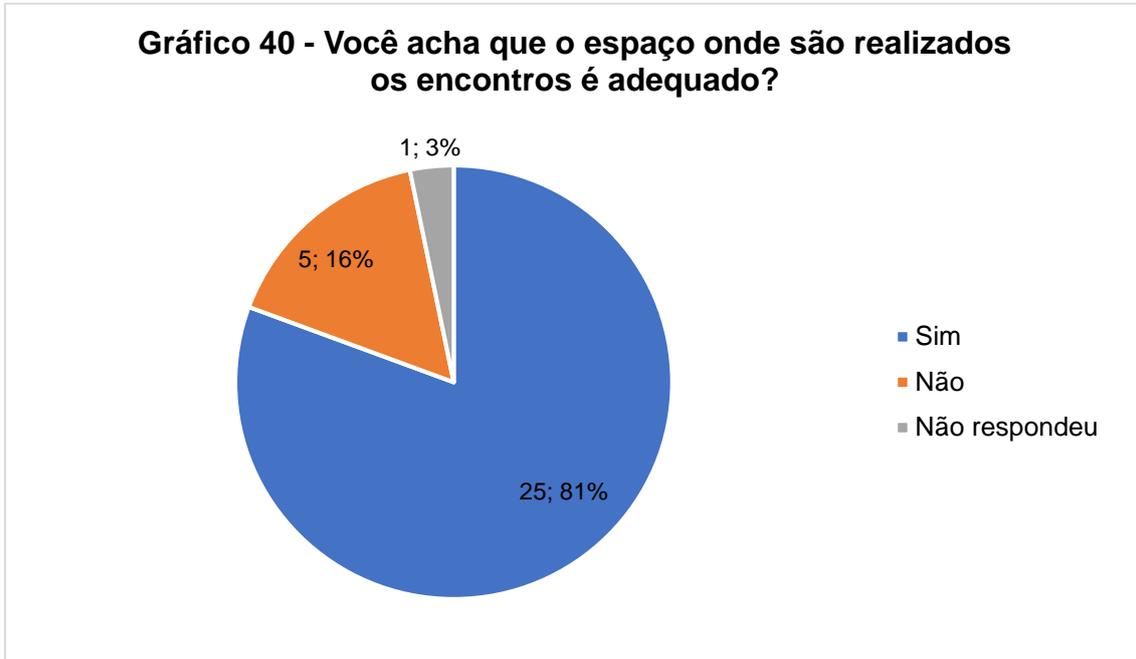


Gráfico 40: Você acha que o espaço onde são realizados os encontros é adequado?
Fonte: Resultado da Pesquisa

Quanto a análise dos mesmos a respeito do espaço onde são realizados os encontros, obteve-se vinte e cinco respostas positivas, cinco negativas e um jovem optou por não responder. Para a maioria, portanto, o espaço onde são realizados os encontros pode ser considerado como adequado.

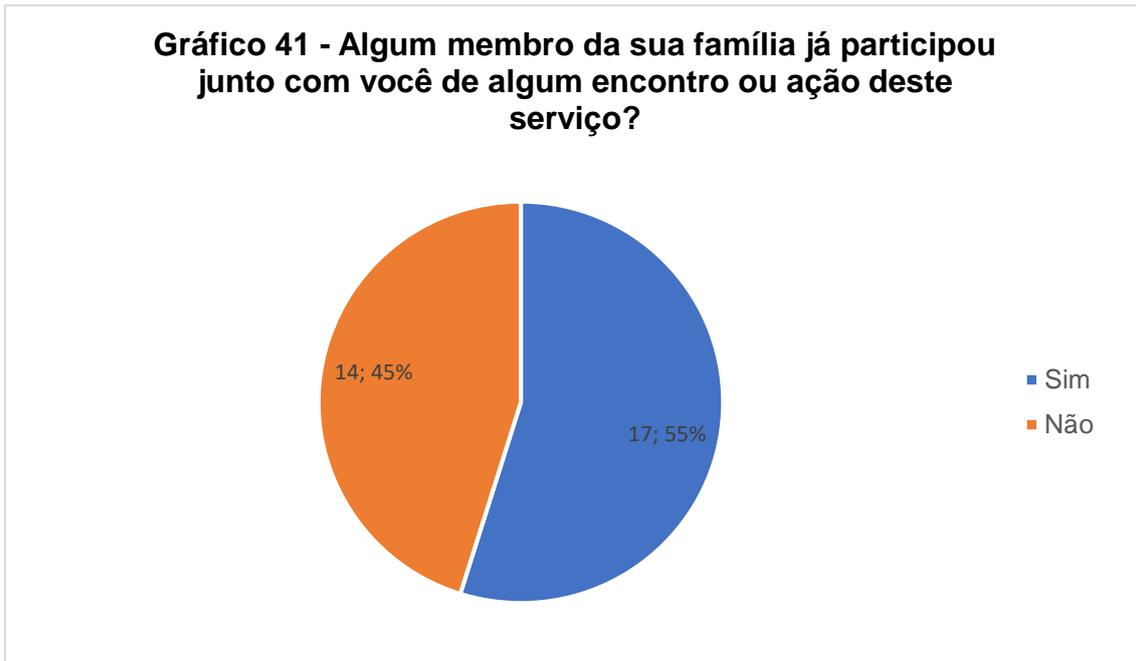


Gráfico 41: Algum membro da sua família já participou junto com você de algum encontro ou ação deste serviço?

Fonte: Resultado da Pesquisa

Perguntados sobre se algum membro da família participou junto com eles de alguma atividade organizada pelo SCFV, teve-se dezessete positivas e quatorze negativas. Considerando os números, pode-se afirmar que a maioria já participou de alguma ação junto com familiar, o que representa um cumprimento real da finalidade do SCFV, que é o de contribuir para o fortalecimento de vínculos afetivos dos jovens com suas famílias. No entanto, um considerável número relatou não ter participado junto com algum familiar, o que pode indicar que o serviço não deva estar este tipo de ação de forma abrangente para todos.

Também foi colocada a questão sobre a importância que o SCFV tem para os jovens, foram dadas respostas como: “através dele temos um olhar mais amplo das coisas” “eu consigo perder a vergonha e a conhecer várias pessoas”, “conhecer a importância de estudar”, “porque é muito divertido e tem muitas brincadeiras, esportes e a gente aprende mais” “motiva os jovens” “eu aprendo a desenvolver as relações com outras pessoas” “serviço fazemos bastante coisas que nos desprende um pouco da nossa rotina cansativa voltado a isso o serviço vai tornando bem interessante, e começa a se tornar importante para nós”, “de ter um vínculo mais forte com os colegas e aprender mais com nossos orientadores” “através dele temos um olhar mais crítico e consciente sobre as situações cotidianas”.

Dessa forma, percebe-se que os jovens conseguem enxergar aspectos importantes do serviço para diversos seguimentos da vida, seja nas relações com amigos, no incentivo ao estudo, ao esporte, a criticidade e demais áreas.

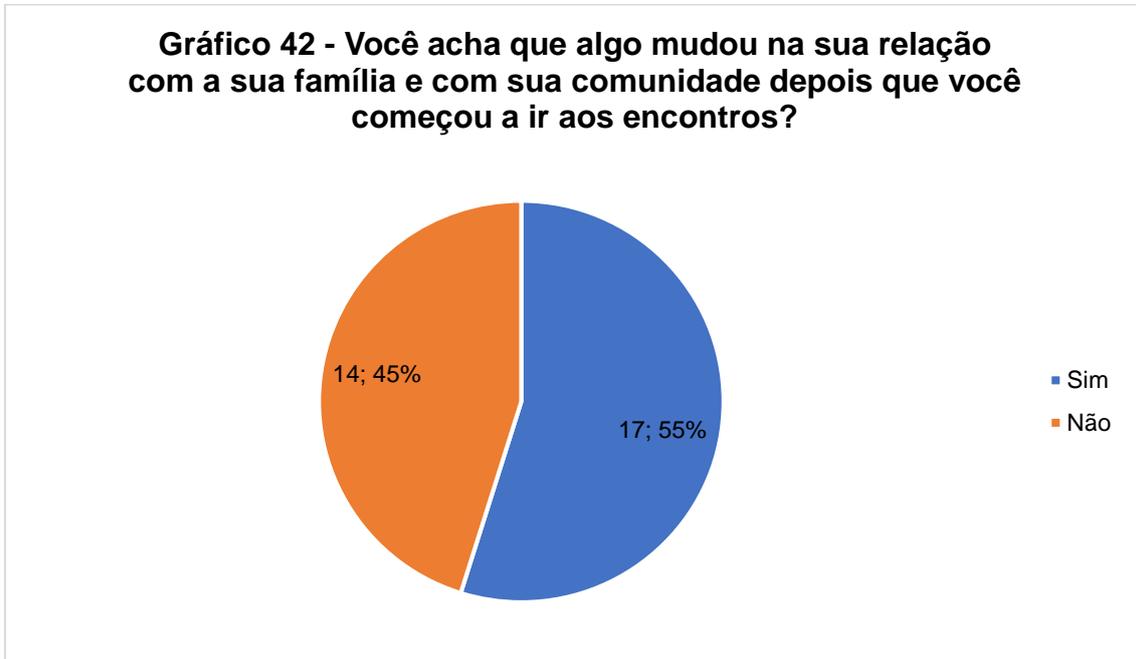


Gráfico 42: Você acha que algo mudou na sua relação com a sua família e com sua comunidade depois que você começou a ir aos encontros?
Fonte: Resultado da Pesquisa

Sobre a mudança na relação dos jovens com suas famílias e a comunidade em que estão inseridos, dezessete afirmaram que sim e quatorze disseram que não. Pode-se observar que a maioria enxergou que algo conseguiu modificar, o que também se observou na justificativas: “comecei a valorizá-los cada vez mais, como no serviço aprendemos várias coisas para a vida, disso levei comigo e comecei a praticar com os meus familiares”, “melhorou meus modos e meu jeito de ser com as pessoas” “convívio e comportamento”, “a comunicação” “o pessoal me olha com um novo olhar” “as pessoas tiram dúvidas comigo”, “respeito e valorização”.

Mesmo que uma parte considerável tenha afirmado que não houveram mudanças, apenas um jovem justificou a resposta apontando que as brigas aumentaram, os outros jovens que também selecionaram a opção de que não houveram mudanças, justificaram com respostas positivas, apontando mudanças. Com isso, identificou-se que o serviço está conseguindo auxiliar o convívio com os familiares, a comunidade e principalmente o olhar dos mesmos sobre os jovens.

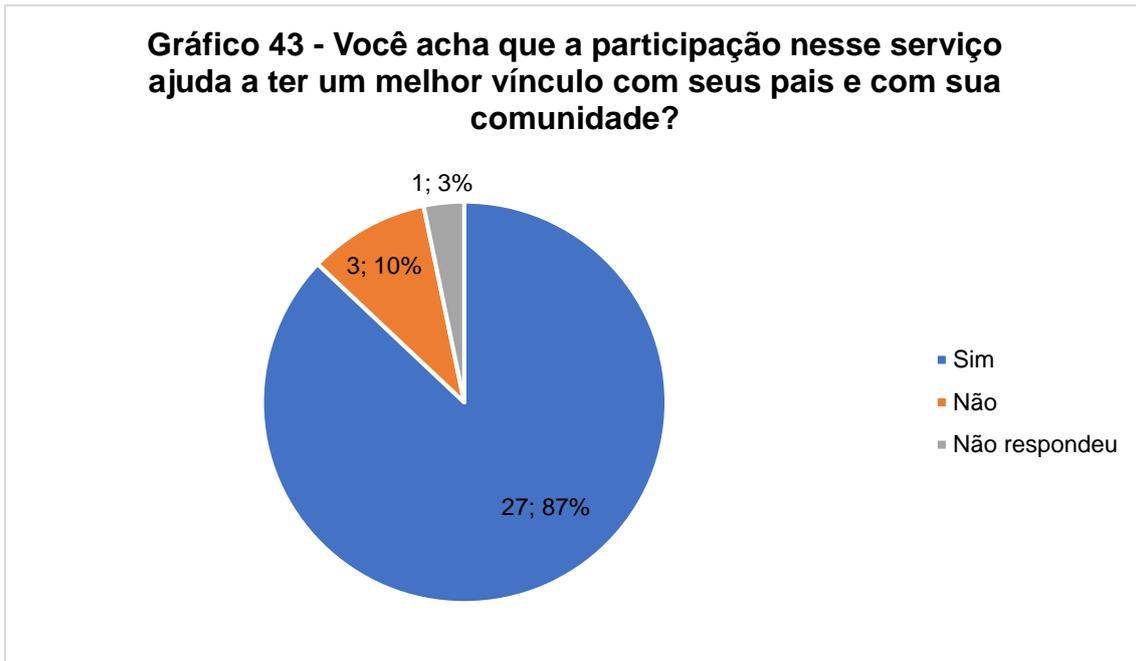


Gráfico 43: Você acha que a participação nesse serviço ajuda a ter um melhor vínculo com seus pais e com sua comunidade?

Fonte: Resultado da Pesquisa

Já em relação à questão que problematiza a respeito se SCFV ajuda ao jovem a ter um melhor vínculo com seus pais e a comunidade, a grande maioria afirmou que sim, vinte e sete jovens, enquanto três disseram que não e um não respondeu. Interpreta-se assim, que o serviço de convivência está auxiliando a grande maioria dos jovens a obterem uma melhor relação com suas famílias e a comunidade.

Posteriormente foi perguntado se os jovens poderiam sugerir atividades que gostariam que o SCFV realizasse, foram citadas atividades como: natação, basquete, teatro, aula de zumba, karaokê, música, atividades turísticas, artes marciais, “Como no serviço já tem bastante atividades, mais uma bem relevante, voltar os olhos não só para quem participa desse serviço, mais para toda a juventude da comunidade, relacionado a problemas psicológicos, como depressão, ter psicólogos que ajudem a “ajudar” os jovens” e “mais atividades que envolvam a comunidade para que outras pessoas participem do movimento”.

Avalia-se que as atividades citadas foram relacionadas a lazer e esportes, tiveram também respostas relacionada a expansão do serviço, para assim atender a mais jovens, o que se trata de algo importante, fazer com que outros jovens possam conhecer e participar das atividades e assim desenvolver suas habilidades.

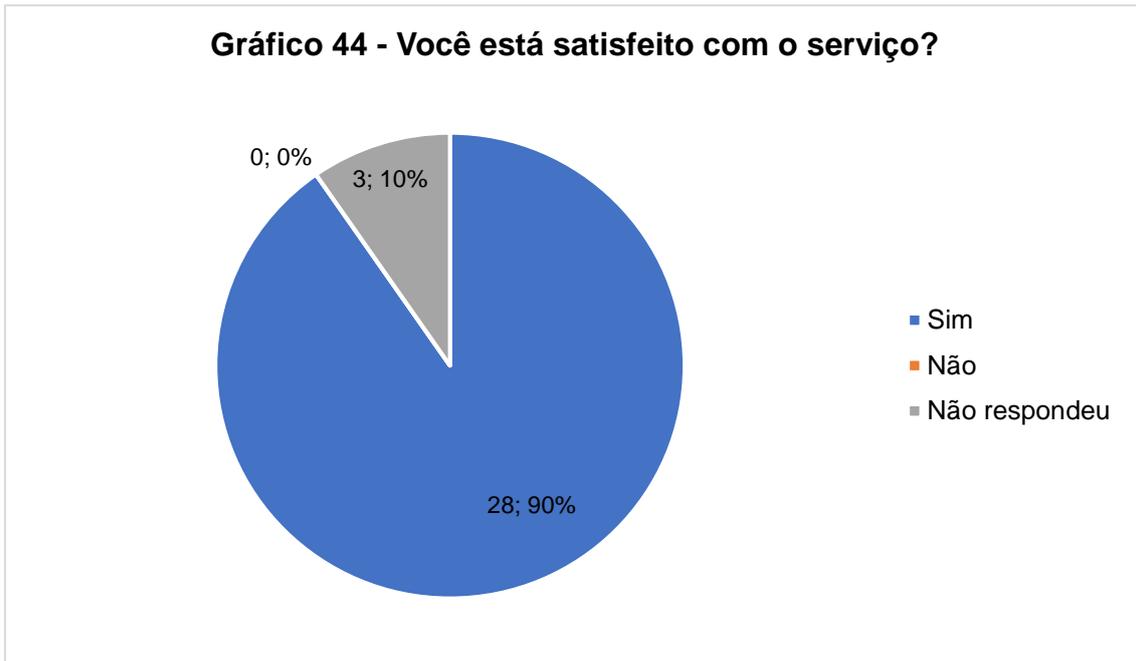


Gráfico 44: Você está satisfeito com o serviço?
Fonte: Resultado da Pesquisa

Por fim, a respeito da satisfação do serviço, vinte e oito jovens afirmaram que sim, três não responderam e nenhum disse que não. Com esse resultado, nota-se uma grande aprovação por parte dos jovens acerca do serviço, o que demonstra que as expectativas estão sendo atendidas e que o serviço os está auxiliando de forma singular.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisou o SCFV a partir das percepções dos usuários pertencentes ao grupo etário de 15 a 17 anos. A necessidade de sua realização se deu em razão de poder discutir uma política pública que é ofertada para a juventude, tendo em vista a escassez de políticas no município com foco neste grupo social.

Os resultados deste estudo apontaram que os jovens estão em situação de vulnerabilidade. Tal conclusão se chega ao considerar alguns aspectos revelados pela pesquisa, como a questão de aspectos financeiros, especificamente, pela baixa renda de suas famílias e qualidade e/ou quantidade de serviços públicos a eles disponibilizados, o que impossibilita o suprimento de muitas de suas necessidades, ficando eles sem acesso a direitos que são fundamentais para o desenvolvimento. Sobre os aspectos de saúde justifica-se por não serem ofertados todos os serviços médicos, em que, muitas vezes, é necessário se deslocarem para Fortaleza. O serviço de saúde ainda é mais precário quando se trata da população que mora nas localidades, pois além de tudo ainda há má condição de estradas e falta de transportes. O mesmo ocorre com os aspectos educacionais, uma vez que os jovens da zona rural, possuem dificuldade em ir até escola em determinadas épocas do ano, especificamente as chuvosas.

Já no que tange os aspectos ambientais e de saneamento, percebeu-se que os jovens das localidades não possuem acesso a coleta seletiva e tampouco a água encanada e isso se caracteriza como uma fonte de vulnerabilidade. Os jovens também encontram-se vulneráveis a aspectos relacionados ao lazer, tendo em vista os poucos espaços públicos que possam estimular este lazer. Essa conclusão perpassa pelas respostas dos jovens sobre sugestões de equipamentos públicos que gostariam de ter próximo a suas casas, visto que a maioria das respostas foram no sentido de espaços que pudesse estimular a socialização e o esporte.

Constatou-se, também, que os jovens estão em situação de risco social no que refere-se a família e a comunidade. O primeiro, no sentido de que os pais já obtiveram contato com bebidas alcoólicas, o que não configura como um problema, mas o seu uso de forma abusiva sim, pois pode causar impactos na harmonia e no convívio familiar. Outro ponto importante é que um número considerável de jovens foi alvo de violência na família e também na comunidade, o que aumenta os riscos de ocorrer novamente e de forma mais grave.

Especificamente sobre o SCFV foi possível analisar a partir das respostas dos usuários que a maioria dos jovens começou a participar por meio do convite de amigos e da própria equipe do serviço, o que pode ser considerado como um ponto positivo, pois entende-se que os jovens veem algo interessante no serviço, para assim indicarem a outros. Constatou-se também que a assiduidade dos jovens é bastante elevada e que as motivações se relacionam a vontade que possuem de debater sobre diversos assuntos, de obter um melhor convívio com seus familiares e as pessoas que os cercam, participar dos momentos de lazer como brincadeiras, passeios e usufruírem dos lanches que são servidos nos encontros.

As temáticas elencadas pela maioria, como desenvolvidas pelo serviço, são atividades políticas e ambientais; de esporte e lazer; atividades de arte e cultura; de valorização da condição juvenil, coletivas e comunitárias; de promoção da consciência crítica e intergeracionais, que se relacionam com os aspectos de vulnerabilidade vivenciados pelos jovens, mas também a possibilidade de desenvolvimento de habilidades. O que pode significar a atuação do SCFV sobre esses aspectos, por meio da discussão destas questões e principalmente a realização de atividades práticas, como por exemplo, a conscientização da importância de prevenção do meio ambiente; trilhas ecológicas; realização de campeonatos e partidas de futebol; passeios a praia e balneários; oficinas de dança, música e teatro.

Observou-se também que os usuários de forma geral não souberam definir conceitualmente o que seja o SCFV, mas reconhecem a importância do serviço para suas vidas, de forma específica para o aumento da criticidade, para uma melhor relação com as pessoas e de incentivo aos jovens.

Identificou-se que os jovens avaliam que foi possível observar mudanças em suas relações com suas famílias e também com a comunidade que estão inseridos. Os mesmos justificaram essas mudanças a respeito de questões como melhor comportamento, comunicação e visão da própria família e da comunidade sobre eles.

Verificou-se que a maioria dos jovens já participou, de um ou mais encontros, juntos com membros da família, no entanto, uma parte considerável afirmou não ter participado junto com alguém de sua família ou da comunidade. Isso representa que o serviço pode não estar desenvolvendo a atividade de forma ampla, ou seja, de forma que atenda tanto usuários da sede quanto usuários da zona rural.

Outro ponto a ser melhor trabalhado no serviço diz respeito ao grupo geracional, pois foi possível perceber a participação de indivíduos abaixo da faixa

etária para quem o serviço se destina. Também merece discussão o acompanhamento dos jovens por psicólogos ou assistentes sociais, o que não ocorre de forma contínua, tendo em vista que essas conversas só ocorrem quando os jovens estão passando por algum problema específico, o que poderia ser evitado, ou mesmo minimizado o impacto de determinado problema a um jovem, se esse acompanhamento fosse realizado periodicamente.

Por outro lado, de forma ampla, a maioria dos jovens associa o estabelecimento de um melhor vínculo com a comunidade e com a própria família a partir da participação no serviço e assim o avalia como positivo, onde encontra-se satisfeito.

Nesse sentido, é possível afirmar que o serviço tem contribuído para um melhor desenvolvimento de potencialidades dos usuários, por meio de atividades relacionadas a arte, cultura, política, consciência crítica e ambiental. Além disso, o serviço possibilita uma melhor convivência entre os usuários, seus familiares e a comunidade em que estão inseridos, respondendo assim a questão problema deste estudo.

Como recomendações para o serviço, sugere-se uma maior atenção acerca de temáticas relacionadas a comunicação e inclusão digital, além de atividades com relação a inserção no mercado de trabalho, apontadas como não realizadas pela maioria dos participantes da pesquisa. Outra recomendação seria a busca de parcerias com universidades e institutos para que juntos pudessem ampliar as ações para um maior número de jovens e assim inseri-los em debates necessários e emergentes.

É válido ressaltar que este trabalho configura-se como um singelo passo para a discussão sobre políticas públicas para a juventude de Palmácia. Contudo, espera-se que outros pesquisadores se atentem a essa área e que possam desenvolver em suas cidades trabalhos com foco na propagação da discussão a respeito da necessidade de tais políticas públicas, para que possam contribuir diretamente para a fortificação de estudos no campo da administração pública.

Como sugestão para pesquisas futuras salienta-se que sejam realizadas no sentido de identificar potenciais dos municípios para o desenvolvimento de políticas públicas para a juventude, bem como possam ser feitas proposições destas políticas a partir das principais carências dos jovens.

Por fim, evidencia-se que a principal limitação para a condução deste estudo se deu no sentido de não ter sido possível aplicar o questionário para todos os

usuários, uma vez que pensou-se em disponibilizá-lo por meio eletrônico, mas dificuldades relacionadas a conexão de internet e falta de computadores para o acesso foram encontradas. Dessa forma, a aplicação do questionário precisou ser feita presencialmente, o que resultou em uma maior demora para a organização dos dados e conseqüentemente a construção do trabalho, pois toda a tabulação foi feita manualmente.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, nº 6, p.25-36, 1997.

ABRAMOVAY, Miriam et al. **Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina**. Brasília: Unesco, 2002. 192 p.

BRASIL. **Decreto nº 17.943, de 1927**. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Decreto Nº 17.943-a de 12 de Outubro de 1927. Rio de Janeiro, RJ, 12 out. 1927. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm>. Acesso em: 20 abr. 2019.

_____. Decreto nº 3.799, de 05 de novembro de 1941. Transforma o Instituto Sete de Setembro, em Serviço de Assistência a Menores e dá outras providências.. **Decreto-lei Nº 3.799, de 5 de Novembro de 1941**. Rio de Janeiro, RJ, 11 nov. 1941. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3799-5-novembro-1941-413971-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 abr. 2019

_____. Perguntas Frequentes Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Brasília, 10 jul. 2017. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/perguntas_e_respostas/PerguntasFrequentesSCFV_032017.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2019.

_____. **Portaria MDS nº 171**, de 26 de maio de 2009. Disponível em: <<https://www.mds.gov.br/programas/redesuas/proteção-social-básica/projovem-adolescente-2013-serviço-socioeducativo/portaria>>. Acesso em: 21 abr. 2019.

_____. Resolução nº 01, de 21 de fevereiro de 2013. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2013/resolucoes-cnas-2013/>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

_____. **Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005**. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. **Lei Nº 11.129, de 30 de Junho de 2005**. Brasília, 01 jul. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm>. Acesso em: 22 abr. 2019.

_____. **Lei nº 11.792, de 10 de junho de 2008**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei no 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nos 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências. **Lei Nº 11.692, de 10 de Junho de 2008**. Brasília, 11 jun. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11692.htm>. Acesso em: 23 abr. 2019.

_____. **Lei nº 4513, de 01 de dezembro de 1964.** Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores, e dá outras providências. Lei Nº 4.513, de 1º de Dezembro de 1964. Brasília, 04 dez. 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4513.htm> Acesso em: 20 abr. 2019.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990.** Brasília, 27 set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 21 abr. 2019.

_____. DOCUMENTO BASE; **I Conferência Nacional de Juventude:** levante sua bandeira. 2008, Brasília. 24 p.

BUSSO, Gustavo. Vulnerabilidad social: nociones e implicancias de políticas para Latino América a inicios del siglo XXI. **Seminario Internacional: Las diferentes expresiones de la vulnerabilidad social en América Latina y el Caribe.** Santiago de Chile: CELADE, v. 20, 2001.

CAMPOS, Caroline Cristina de Arruda; PAIVA, Ilana Lemos. Programa Nacional de Inclusão de Jovens: possibilidades e contribuições na perspectiva dos adolescentes participantes. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 30, n. 1, p. 22-29. 2018.

CARNEIRO, C. B. L.; VEIGA, L. O conceito de inclusão, dimensões e indicadores. Pensar BH – Política Social 2. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Coordenação da Política Social, jun. 2004.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Minas Gerais, p.40-52, 2003.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UECE, 2002.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa.** Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2009. 120 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventudes: Sociologia, cultura e movimentos.** Minas Gerais: Alfenas, 2016. 219 p

IBGE. PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. 2007. **Educação juventude raça/cor: primeiras análises.** Brasília: Comunicado da Presidência nº12, 2008.

IBGE. População Estimada. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da População Residente, 2018.

KAZTMAN, Rúbem. **Activos y estructura de oportunidades. Estudio de las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay.** Uruguay; PNUD-Uruguay, Cepal – Oficina de Montevideo, 2000.

LEAL, Giuliana Franco. **Exclusão social e ruptura de laços sociais: análise crítica do debate contemporâneo.** Florianópolis: Editora da Ufsc, 2011.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. O marco conceitual da vulnerabilidade social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, p.29-40, jul. 2011.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. A Institucionalização Da Assistência Ao Menor No Brasil. **Revista de Psicologia**, Fortaleza - Ce, v. 4, n. 2, p.27-33, 1986

PEREZ, José Roberto Rus; PASSONE, Eric Ferdinando. Políticas Sociais de Atendimento às Crianças e aos Adolescentes no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, Campinas, v.40, n.140, p.649-673, 2010.

SIERRA, Vânia Morales; MESQUITA, Wania Amélia. Vulnerabilidades e Fatores de Risco na Vida de Crianças e Adolescentes. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 20, n. 1, p.148-155, jan. 2006

SILVA, Roselani Sodré da; SILVA, Vini Rabassa da. Política Nacional de Juventude: Trajetória e Desafios. **Caderno Crh**, Salvador, v. 24, n. 63, p.663-678, 2011.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educa o**, São Paulo, n.24, p.16-39, 2003.

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com juventudes.** Brasília: UNESCO, 2004, 350p.

YUNES, Maria Ângela Mattar; SZYMANSKI, Heloísa. Resiliência: no o, conceitos afins e considera es críticas. In: TAVARES, J. (Org.). **Resiliência e educa o.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

APÊNDICE

Apêndice A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre ***Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Município de Palmácia: uma análise a partir da percepção dos usuários pertencentes ao grupo geracional de 15 a 17 anos*** e está sendo desenvolvida por Wesley Gomes Pontes discente do curso de Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, sob a orientação da Profa. Dra. Eliane Barbosa da Conceição.

Os objetivos do estudo são: identificar o perfil dos usuários atendidos; examinar as situações de vulnerabilidade e risco social dos usuários e apresentar as principais temáticas desenvolvidas pelo serviço. A finalidade deste trabalho é contribuir para a discussão a respeito da necessidade de desenvolvimento de políticas públicas com foco na juventude.

Solicitamos a sua colaboração para responder ao questionário adotado como método de coleta de dados, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos acadêmicos e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto. Informamos que o questionário contém perguntas referentes a questões subjetivas referentes a convívio familiar e comunitário, violência, uso de entorpecentes e afins.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (se for o caso). Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.



Pamácia , ____ de _____ de _____
dactiloscópica

Impressão

Assinatura do participante

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de mais informações sobre o presente estudo, favor entrar em contato com o pesquisador.

Telefone: (85) 99280-6565 ou através do e-mail: contatowesleygomes@hotmail.com

Apêndice B

Perfil do usuário entrevistado

Idade: () 15 () 16 () 17 anos Outra: _____

Endereço:

Gênero: () masculino () feminino () outro: _____

Cor:

() branca () preta () amarela () parda () indígena ()

Escolaridade:

() Ensino Fundamental incompleto () Ensino Fundamental Completo

() Ensino Médio Incompleto () Ensino Médio Completo

() Ensino Técnico/ Profissionalizante () Não alfabetizado

Aspectos habitacionais

Você mora com seus pais? () sim () não

Se não, por qual motivo?

() São separados () Guarda paterna () Guarda materna () Guarda dos avós ()

Moro com meu parceiro/a () Outro motivo: _____

Quantas pessoas ao todo moram na sua casa?

() 2 pessoas () 3 pessoas () 4 pessoas () 5 pessoas () 6 pessoas () Mais de 6
pessoas: _____

A casa onde você mora é alugada? () sim () não

Você considera perigoso o local onde você mora? () sim () não

Por que? _____

Você se sente seguro no local onde você mora? () sim () não

Por que? _____

Aspectos financeiros

Somando todos os ganhos mensais dos membros de sua família, quanto você acha que isso representa?

- () Até 1 salário mínimo R\$ 998,00
 () De 1 até 3 salários mínimos (de R\$ 998,00 até R\$ 2.994,00)
 () De 3 até 6 salários mínimos (de R\$ 2.994,00 até R\$ 5.988,00)
 () Mais de 6 salários mínimos (R\$ 5.988,00)

Esta renda é suficiente para suprir todas as necessidades da sua família?

- () sim () não () supre de forma parcial

Por que? _____

Você recebe bolsa família ou algum outro benefício?

- () sim () não

Se recebe outro, qual? _____

Aspectos de saúde

Você tem acesso a atendimento médico toda vez que necessita? () sim () não

Você tem alguma doença que necessita de tratamento médico contínuo? () sim () não

Está conseguindo realizar o tratamento? () sim () não

Você consome bebida alcoólica? () nunca, () ocasionalmente, () semanalmente, () com frequência, () além de desejado

Você já teve contato com drogas ilícitas () sim () não

Se sim, delas faz uso: () nunca, () ocasionalmente, () semanalmente, () com frequência, () além de desejado

Aspectos educacionais

Você já reprovou alguma série? () sim () não

Você já desistiu da escola alguma vez? () sim () não

Se a resposta for positiva, por qual motivo?

Você tem alguma dificuldade de ir à escola? () sim () não

Se a resposta for positiva, qual dificuldade?

Você acha que os alimentos fornecidos na escola são adequados? () sim () não

Você estuda em casa? () sim () não

Se a resposta for negativa, por qual motivo você não estuda em casa?

Você tem dificuldade em absorver os conteúdos repassados pelos professores? () sim () não

Aspectos ambientais e de saneamento

Há coleta seletiva onde você mora? () sim () não

Há água encanada em sua casa? () sim () não

Há presença de muitos resíduos no local onde você mora? () sim () não

Você considera o ambiente onde você mora poluído? () sim () não

Aspectos de lazer e cultura

Onde você mora possui alguma área de lazer? () sim () não

Se sim, qual? _____

Você já participou de algum grupo de teatro, dança, capoeira ou música?

Se sim, qual? _____

Que tipo de equipamento público de cultura e/ou esporte você gostaria de ter no seu bairro?

Risco a violência na família

Como você considera a relação com a sua família?

ótima boa regular ruim péssima

Você já sofreu algum tipo de violência? sim não

Se sim, qual?

Violência Psicológica Violência Física Violência Sexual Violência Institucional Violência Doméstica Violência Patrimonial Violência Moral

Isso ocorreu com qual regularidade?

apenas uma vez poucas vezes muitas vezes sempre

Seus pais consomem bebida alcoólica? nunca ocasionalmente. semanalmente, com frequência, além de desejado

Seus pais já tiveram contato com drogas ilícitas sim não.

Se sim, delas fazem uso nunca, ocasionalmente, semanalmente, com frequência,

além de desejado

Risco a violência na comunidade

Como é sua relação com seus vizinhos e demais pessoas da sua comunidade?

ótima boa regular ruim péssima

Você já sofreu alguma violência na sua comunidade? sim não

Se sim, qual?

Violência psicológica Violência física Violência sexual Violência moral

Outra: _____

Você já sofreu bullying na escola? sim não

Percepções sobre o SCFV

Há quanto tempo você participa do SCFV?

6 meses 1 ano de 1 a 1 ano e meio de 1 ano e meio a 2 anos mais de 2 anos

Você participa de outro serviço/projeto ofertado pela prefeitura? () sim () não

Como você ficou sabendo da existência do serviço?

Quantas vezes você frequenta o serviço? () 1 vez () 2 vezes () 3 vezes

O que motivou você a participar do atitude?

Você poderia definir o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos?

Quais as atividades que você participa no SCFV?

() Atividades políticas e ambientais () Atividades de esporte-lazer

() Atividades intergeracionais () Atividades Coletivas e comunitárias

() Atividades que incentivam o trabalho () Atividades de arte-cultura

() Atividades que promovam a consciência crítica

() Atividades que promovam a comunicação e a inclusão digital

() Atividades que valorizam sua condição juvenil

Você é acompanhado por psicólogo, assistente social ou algum outro profissional? () sim () não

Você acha que o espaço onde são realizados os encontros é adequado? () sim () não

Algum membro da sua família já participou junto com você de algum encontro ou ação deste serviço? () sim () não

Qual a importância o SCFV tem para você?

Você acha que algo mudou na relação com a sua família e com a sua comunidade depois que você começou a ir aos encontros? () sim () não

O

que?

Você acha que a participação nesse serviço te ajuda a ter um melhor vínculo com seus familiares e a sua comunidade? () sim () não

Você sugeriria alguma atividade que poderia ser desenvolvida no SCFV? Qual?

Você está satisfeito com o serviço? () sim () não

Apêndice C

Roteiro de Entrevista

01. Qual o objetivo do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos?
02. Qual o público-alvo?
03. Desde quando esse serviço é prestado?
04. Quantos jovens são atendidos?
05. Qual a composição da equipe?

06. E como se dá o processo de inserção desses jovens?
07. Onde são realizadas as atividades?
08. Qual a frequência desses encontros?
09. A taxa de evasão é elevada?
10. Há um tempo máximo que eles possam ficar nesse serviço?
11. Quais as temáticas abordadas?
12. Qual o valor médio destinado a prestação deste serviço mensalmente?
13. Como você avalia este serviço? Importância, eficiência...
14. Os resultados estão sendo positivos? Estão sendo alcançados?